

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS, NO PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 2003 E 2014, E SUA RELAÇÃO COM A
AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL**

Débora Vieira Bruce Ferreira



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS, NO PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 2003 E 2014, E SUA RELAÇÃO COM A
AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL**

Débora Vieira Bruce Ferreira



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferreira, Débora Vieira Bruce

Análise das políticas públicas educacionais, no período compreendido entre 2003 e 2014, e sua relação com a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil [livro eletrônico] / Débora Vieira Bruce Ferreira. -- João Pessoa, PB : Periodicojs, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-6010-051-0

1. Educação 2. Políticas públicas - Brasil
3. Ensino superior - Brasil I. Título.

23-184545

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas educacionais : Educação 379

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo ebook produzido pela pesquisadora Debora Vieira Bruce Ferreira nos apresenta todo o cenário da política brasileira e seus impactos no processo da educação, partindo do ponto de vista das políticas públicas e o financiamento para estudos dos estudantes. O texto tem um recorte significativo a partir do governo Lula e Dilma.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário



INTRODUÇÃO

7

Capítulo 1

A EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO À NOVA REPÚBLICA

11

Capítulo 2

A IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES DE 2002 E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EDUCACIONAIS

40

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO
PERÍODO DE 2003 A 2014

47

Capítulo 4

JUSTIFICATIVA

66

Capítulo 5

RESULTADOS

71

Considerações Finais

82

Referências Bibliográficas

86



INTRODUÇÃO

O que veremos nas páginas a seguir é uma análise das políticas públicas no âmbito educacional e sua relação com a democratização do acesso e expansão do ensino superior no Brasil, no recorte temporal de 2003 a 2014, visto que a educação, independente do nível, é um direito social assegurado pela Constituição de 1988, cabendo portanto ao Estado criar condições reais e eficazes para o ingresso e permanência da juventude nos variados níveis de ensino. Essa garantia dar-se-á por meio da implantação de políticas públicas e para tanto focaremos nosso olhar aquelas que atendem ao princípio que rege o Estado Democrático de Direito que só se faz possível com uma vida digna, com as condições mínimas de subsistência e com o desenvolvimento da pessoa humana, ou seja, com a garantia dos direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, bem como à saúde, à educação, ao trabalho entre outros, tendo nas políticas voltadas para a educação superior nossa atenção para o desenvolvimento desse trabalho.

A escolha por essas políticas se deu mediante seu alcance em expandir e ampliar o leque de possibilidades de inserção dos jovens no ensino superior, modalidade de aprendizagem estratégica, visto que é na universidade que se produz o conhecimento que norteará as relações humanas e sociais.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo eles: a Introdução, o Ensino Superior no Brasil: da Colonização à Nova República; a importância das eleições de 2002 e seu desdobramento nas políticas públicas educacionais; as políticas públicas enquanto prática decisória na condução dos destinos de uma nação e por fim é apresentado um saldo quantitativo da expansão da educação superior, impactando positivamente na democratização do ensino e na produção de saberes voltados para a garantia dos interesses dos menos favorecidos.

Foi objeto de investigação as Leis nº 11.096/2005 e a 12.711/2012, sendo a primeira que instituiu o Programa Universidade para Todos - PROUNI — e dispõe sobre o acesso à educação superior

no Brasil nas instituições privadas, por meio de bolsas de estudos parciais e integrais; e a segunda regulamentou o Sistema de Seleção Unificado - SISU — que versa sobre o processo seletivo dos cursos de graduação nas Instituições Federais, ficando reservadas 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública, sendo 25% para alunos com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio e os outros 25% para aqueles com renda igual ou superior ao mesmo padrão salarial, como também reservou um percentual de vagas para pretos, pardos e indígenas atendendo aos critérios raciais. (INCERTI; TAVARES: 2014. p. 4)

O ENEM criado em 1998, também norteará a pesquisa, tendo em vista que em sua versão primeira atuou como ferramenta de avaliação das habilidades e competências tidas como necessárias para a atuação no mercado de trabalho, vindo a ser reestruturado no decorrer da primeira década de 2000, tornando-se um instrumento para a conclusão do ensino médio, como também de acesso a graduação expandindo de forma significativa o número de inscritos. Os fatores que contribuíram para esse aumento se relacionam com a descentralização da prova, gratuidade do exame, unificação do currículo, ser o principal instrumento de acesso ao ensino superior, como também o pressuposto para a obtenção do certificado de conclusão do ensino médio. (QUINALIA; SLONIAK: 2013)

O FIES, Fundo de Financiamento Estudantil, criado em 1999 e remodelado na década de 2000, também será investigado sendo possível constatar um crescimento no percentual de contemplados de 1.900% aproximadamente, passando de 76,2 mil em 2010 para 1,6 milhões em 2014, com 83% dos alunos oriundos de família com renda menor que um salário mínimo e meio por pessoa. Por fim traremos para a discussão o REUNI, programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades e sua contribuição, cujo objetivo era criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, visando um melhor aproveitamento da

estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais de todo o país.

Os dados apresentados comprovam a importância dessas políticas na democratização do acesso e expansão do ensino superior no Brasil, bem como apresenta evidências que retratam a urgência da sociedade intervir diante da omissão e negligência do atual governo, alinhado ao grande capital internacional, em garantir a continuidade dessas ações que beneficiam os menos favorecidos.



Capítulo

1

**A EDUCAÇÃO E O ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: DA
COLONIZAÇÃO À NOVA
REPÚBLICA**

O acesso à educação superior, no Brasil, esteve ao longo de nossa história, restrita a uma classe privilegiada, que ocupou os espaços de poder decisório, por esse motivo não procuraram adotar práticas voltadas para a ampliação do acesso, como também, para garantir a permanência dos jovens na academia. Tudo isso somado ao nosso passado escravocrata e patriarcal e a implantação tardia de curso superior no país, permitiu que uma minoria conduzisse os destinos políticos da nação.

No período colonial, a educação era restrita a alguns filhos de colonos ou aos índios aldeados e as bases dos ensinamentos se pautavam nos métodos jesuíticos, que consistia na conversão dos povos nativos ao catolicismo, já que na época o poder da Igreja corria sérios riscos, visto que crescia a aceitabilidade das idéias reformistas proposta pelo monge agostiniano e professor de teologia Martinho Lutero, uma das figuras de destaque da Reforma Protestante.

No decorrer do século XVI, a Europa entra numa profunda crise no tocante à sua religiosidade, crise resultante, afinal, do mesmo processo de transformações que desintegram a velha sociedade feudal. A mais viva expressão dessa crise, não há dúvida, são as Reformas protestantes, a começar com a de Lutero. (TEIXEIRA; DANTAS: 1943. p. 71)

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil na primeira metade do século XVI, no ano de 1549, junto com Tomé de Souza, o primeiro governador geral. O desejo da Sociedade de Jesus era assumir as tarefas da educação colonial. Em pouco tempo uma ampla rede missionária se espalha pelo Brasil incluindo os colégios e as missões. Os primeiros colégios foram fundados em Salvador e São Vicente, com o ensino voltado para Retórica, Gramática e Humanidades, assim como filosofia, com duração de seis anos. (TEIXEIRA; DANTAS: 1943. p. 73).

Os colégios foram construídos nos pequenos núcleos urbanos, atingindo a população branca; já as missões se edificaram no interior, para captar a população nativa ao serviço da catequese. Espa-

lhada por toda a colônia, as missões se transformam em grandes centros populacionais e áreas sob o domínio da Igreja por meio da Sociedade Jesuítica. O imenso patrimônio acumulado em gente, terras e rendas, mostram que a Sociedade tinha como objetivo montar um grande império na América que permitisse a expansão da cristandade, perdida na Europa com o advento das Reformas. (TEIXEIRA; DANTAS: 1943. p. 73).

As escolas introduziram uma concepção de educação fundamentada na hierarquização da sociedade e fortalecimento das estruturas de poder nas mãos de um pequeno grupo privilegiado. (BERNADES. Luana: 2010).

Incutiram a ideia de exploração de uma classe sobre a outra e a escravidão como caminho normal e necessário para o desenvolvimento. As escolas jesuíticas tinham o papel de ajudar a perpetuar as desigualdades entre as classes sociais. (BERNADES. Luana: 2010).

A educação era voltada para jovens e crianças e limitava-se à interpretação da palavra divina, tendo à frente os Padres Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira. Os jesuítas buscaram a eficiência em organizar uma ampla rede de ensino com uma metodologia voltada para a ampliação da fé cristã aos habitantes do Novo Mundo. A educação, liderada pelos padres da Companhia de Jesus, buscava atender exclusivamente aos interesses religiosos, incentivando o Marquês de Pombal, a discordar dessa postura, propondo a secularização e subtraindo o controle e a orientação das instituições eclesiásticas. Diante desse quadro, os embates entre jesuítas e o governo português vai se intensificar vindo o principal Ministro de D. José I, defender e trabalhar para a sua posterior expulsão do Brasil, que se deu no ano de 1759, sendo a Igreja afastada das decisões políticas educacionais em Portugal como também na colônia.

Mesmo com todas as estruturas, organização e regras pedagógicas e administrativas, a educação jesuítica não satisfazia o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal de 1750 – 1777, porque as escolas da Companhia de Jesus atendiam aos interesses da fé, enquanto Pombal se preocupava em atender os interesses do Estado.

(...)

Dessa forma, retirou a Igreja Católica do domínio da educação em Portugal e mandou fechar todas as escolas que estavam sob domínio dos padres jesuítas, e a biblioteca dos conventos foram abandonadas ou destruídas. (BERNARDES. Luana: 2010).

As primeiras instituições de ensino superior criadas no Brasil foram as Escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, e a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, ambas fundadas em 1808 logo após a chegada da Família Real no Brasil. Desde sua criação, ficou evidente que os interesses era preparar profissionais na área de saúde para em caso de necessidade, por parte dos membros da corte, ter na colônia o atendimento mínimo necessário. Dois anos depois, foram criada a Academia Real Militar e em 1814 a Real Academia de Pintura e Escultura. (MARTINS: 2002).

A criação do curso superior no Brasil, o ensino durante o Segundo Reinado e a educação na República Velha

Com a Independência do Brasil em 1822, fruto de um processo histórico que teve início com a transferência da Corte portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, não houve avanços no que se refere à ampliação da oferta, nem na criação de novos cursos superiores no país, tendo em vista os interesses das elites em monopolizar o saber.

Com a independência política em 1822 não houve mudanças no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Contam-se 24 projetos propostos para a criação de universidades no período de 1808-1882, nenhum dos quais aprovados. (MARTINS: 2002. p. 2).

Oficializada a ruptura com Portugal, o passo seguinte foi dado pelo imperador Dom Pedro I, que concretizou a construção de uma nação independente, sendo assim veio a necessidade de organizar suas bases políticas e jurídicas, tendo que conviver com as divergências ideológicas entre os radicais e os conservadores, inflamando o ego dos portugueses, contribuindo a total eminência do Imperador ao autoritarismo, o qual colocou em risco a soberania nacional da recém criada nação. (TEIXEIRA; DANTAS: 1943. p. 187).

No início do seu governo, D. Pedro I convocou a Assembleia Nacional Constituinte, formada por deputados das várias províncias brasileiras, reunindo-se no Rio de Janeiro em maio de 1823, com objetivo de elaborar uma Constituição para a recém criada nação. No discurso de abertura da Assembleia, D. Pedro I já mostrou suas intenções ao afirmar que só defenderia uma Constituição “se fosse digna do Brasil e dele próprio”. (BOULOS JUNIOR: 2016. p.215). Os debates ocorreram em torno de questões essenciais, referentes à liberdade de comércio, à política protecionista, à escravidão, à saúde pública e à educação.

As discussões foram intensas, sobretudo no âmbito educacional e mais ainda a que se refere às propostas de criação de universidades no Brasil. Aos 19 dias do mês de agosto foi apresentado o Projeto de Lei, cujo artigo primeiro propunha a criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, nas quais se ensinariam todas as ciências e belas artes. (RODRIGUES: 1974. p. 85).

Aos 19 de agosto era apresentado o projeto de lei criando, no artigo primei-

ro, duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, nas quais se ensinariam “todas as ciências e belas artes”. O artigo segundo determinava que estatutos próprios regulariam o número e o ordenados dos professores, a ordem e o arranjo dos estudos; o terceiro, que em tempo competente se designaria os fundos precisos para ambos os estabelecimentos; o quarto ordenava a criação imediata de um curso jurídico em São Paulo, governado provisoriamente pelos estatutos da Universidade de Coimbra.

Requerida a urgência, vencida sem discussão, fez-se a segunda leitura, (...), indo para o debate.

Este se iniciou aos 27 de agosto, e foi um dos maiores da Assembléia Constituinte, pela participação dos seus grandes nomes, pelos grande discurso, pela numerosa discussão, que só terminou aos 4 de novembro, quando foi finalmente aprovado o projeto. (RODRIGUES: 1974. p. 85).

Os debates do primeiro dia, 27 de agosto, revelam um forte sentimento bairrista levando os deputados a defenderem para sua terra natal os benefícios da instalação da futura universidade. Esse sentimento permeou o discurso de Carvalho e Melo que afirmava ser de extrema necessidade a criação do curso jurídico no Rio de Janeiro, tendo em vista que na Corte já existia as melhores condições para a instalação do curso. Para ele a capital contava com a presença do governo, a existência de um comércio de livro, e de um curso de filosofia, matemática e medicina cirúrgica, faltando apenas o curso jurídico para compor uma universidade. (RODRIGUES: 1974. p. 87).

Silva Lisboa também compartilhava com a opinião de se instalar o curso de direito na Corte, pois já estavam instalados os alicerces necessários para tal empreendimento a exemplo de um grande estabelecimento literário, museu de belas artes, a existência de benfeitorias públicas, a facilidade por existir edifícios públicos, a facilidade do comércio e a posição geográfica do porto. Defendeu ainda a instalação de apenas uma universidade e quando o império tivesse uma população maior e opulência, é que deveria ter outras instituições superiores nas demais províncias. Reafirma só faltar o curso jurídico para completar a Universidade e criticava a multiplicação universitária que só traria uma

superabundância de doutores desproporcionado os empregos necessários ao estado. (RODRIGUES: 1974. p. 88).

Nogueira Gama também concorda com Silva Lisboa e Carvalho e Melo. Lembra os cursos existentes no Rio de Janeiro e a importância desse estabelecimento “para dar meios para a instrução dos brasileiros no seu próprio país, livrando-se da penosa necessidade de atravessar os mares para irem adquirir, ao longe e à custa de grandíssimos incomodo e despesas que nem todos podem fazer, a instrução que lhe falta no seu país natal”. (RODRIGUES: 1974. p. 90).

Almeida Albuquerque e Fernandes Pinheiro, diferentes dos citados anteriormente, declaram a importância do curso jurídico afirmando que a sua instalação ocorresse em São Paulo; já Muniz Tavares defende o projeto de criação do curso jurídico, mas como pernambucano afirmava que na sua província não faltaria recursos para sustentar uma Universidade. (RODRIGUES: 1974. p. 87).

Os debates do dia seguinte, assim como os outros que seguem até a votação final, realizada no dia 4 de novembro tiveram como norte a necessidade e importância do projeto que prevê a criação do curso jurídico e o local ideal para sua instalação, culminado na decisão final de se instalar duas faculdades uma no Rio de Janeiro e outra em Olinda. Todos os esforços dos Deputados vão ser ignorados por Pedro I, que dissolveu a Assembléia, no episódio que ficou conhecido na história como Noite da Agonia, visto que as decisões de caráter liberais limitavam os poderes do Imperador, levando-o a nomear pessoas de sua confiança para elaboração de uma nova Constituição, que foi outorgada em 1824.

Dois anos depois, já em 1826, volta-se a debater a necessidade da criação do curso de direito e novamente as opiniões e interesses acerca da localização atrasa o processo. Após uma longa e acalorada discussão, prevaleceu à proposta de criação do curso em Olinda e em São Paulo, por meio do

Projeto de Lei do Visconde de São Leopoldo aprovado em 11 de agosto de 1827.

Só na segunda metade do século XIX, já no Segundo Reinado, ocorreu uma discreta ampliação na quantidade de instituições que ofereciam educação de nível superior. Por esse motivo uma intensa movimentação por parte de setores descontentes com o Imperador D. Pedro II, visto que o mesmo estava negligenciando as ações que tinham como objetivo colaborar com a ampliação da oferta da educação superior no país, e as aspirações de certos segmentos sociais interessados em controlar as instituições que ofertassem essa modalidade de ensino. Essa parcela da população, descontente com o Imperador, vai propor o fim do regime em vigor e em seu lugar apresenta a forma republicana de governo, sendo necessário para tanto, a construção de uma base ideológica, pensada e elaborada a partir da associação/relação da nova forma de governo com a extensão do direito à educação, saúde, segurança, transporte e limpeza pública, ou seja, a lógica era propagandear a República, a fim de obter mais adeptos, associando-a com a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos e ao cuidado com a coisa pública. (CARVALHO: 1987).

Implantada a República, em 15 de novembro de 1889, ficou constatado ao longo das décadas seguintes, que o novo regime não era pra valer, que os detentores do poder político não estavam do lado da coisa pública, e que a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, cenário das transformações ocorridas no período, não teve cidadão entendido como indivíduo portador de direitos civis, sociais e políticos. O que houve foi uma manipulação, ficando o povo como espectador, sem entender o real significado da mudança. (CARVALHO: 1987).

...foi geral o descontentamento com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da República dos seus sonhos. Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico. A formulação mais forte do desencanto talvez tenha

vindo de Alberto Torres, já na segunda metade do século: ‘Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos’. (CARVALHO: 1990; p. 33).

Com a República, os primeiros passos foram dados para a convocação de uma Assembleia Constituinte, cujo objetivo fora a elaboração da nova Constituição, a segunda do Brasil, de caráter democrático e liberal, inspirada no modelo norte americano. Promulgada em 1891, trouxe características como o federalismo, sendo as antigas províncias substituídas pelos estados; o presidencialismo como forma de governo; o regime de representatividade por meio do legislativo; a substituição do voto censitário, baseado na renda, para um voto agora concedido aos maiores de idade, do sexo masculino e alfabetizado.

Nota-se que a maioria dos brasileiros ficava sem possibilidade de escolha política, uma vez que só participava do pleito eleitoral uma minoria alfabetizada, sendo os destinos da recém criada República desenhados pelas mãos de um segmento que atuava para que essa ordem não fosse alterada, evidenciando que todas as decisões políticas visavam à manutenção dessa estrutura de poder. O número de estabelecimento que oferecia curso superior no país não sofreu alterações com a nova forma republicana de governo, no entanto a Constituição de 1891 dava condições legais para a criação de instituições privadas, beneficiando as elites locais e confessionais católicas. (MARTINS: 2002).

Os anos que seguem, de 1889 a 1930, serão marcados pelas tentativas de se pensar as relações sociais que se estabelecem na rua, na família, na Igreja e no trabalho como sendo características de um país moderno, com a instalação de novas indústrias, e uma mão de obra vinda do exterior, sendo relevante a construção de uma imagem acerca da nação que se identificasse com o projeto de Brasil proposto pelos líderes republicanos.

É nesse cenário que alguns intelectuais serão motivados a pensar a educação vista por muitos, como condição para o desenvolvimento do país. Surgir, durante a década de 1920, algumas propostas de educação, dentre elas a escolanovismo que teve Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo seus principais representantes; as que encontraram no positivismo de Auguste Comte as respostas que precisavam; a corrente anarquista que propunha a fundação de escolas operárias, e os interesses da Igreja Católica que vinha perdendo espaço e passou a pressionar o governo para o restabelecimento do ensino religioso e o controle das instalações de instituições de ensino superior.

A Escola Nova no Brasil e o ensino no Governo de Juscelino Kubitschek.

Na segunda década do século XX, ganha força um novo método de ensino baseado na valorização da existência, sendo função da escola preparar para a sociedade, ou seja, para viver e interagir com mundo. O principal expoente desse movimento na América, que se convencionou denominar de Escola Nova, e que influenciou a elite intelectual brasileira, foi o filósofo e pedagogo norte americano John Dewey. (HAMZE: 2014. p. 1).

Para Dewey a educação precisa levar em consideração de um lado a criança que é um ser em constante transformação, que evolui na sua relação com as outras crianças; e do outro alguns valores que só podem ser adquiridos pela experiência amadurecida dos adultos. A educação precisa contemplar esses dois componentes, ou seja, de um lado a individualidade e as mudanças que caracterizam o mundo infantil e do outro os valores dos adultos que são adquiridos nas relações humanas e que são passados para as crianças. (CUNHA: 1996. p. 7).

O Educador precisa, portanto, congrega esses dois requisitos, valorizando tanto a indivi-

dualidade como as experiências adquiridas ao longo da história, sendo o programa de matérias um instrumento que oferece os conhecimentos que são resultados das experiências humanas.

O programa de matéria oferece os conhecimentos, que são resultados da experiência humana. O educador deve responder pela escolha dos meios adequados para conduzir a atividade do aluno em direção ao saber. Compete ao mestre conhecer os aspectos psicológicos do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, dominar o conteúdo “das experiências por que passaram a humanidade, experiências de que os programas de ensino são as sinopses”. (p.131). Somente assim o processo educativo torna-se a síntese entre o tradicional e o renovado, entre a ordem lógica dos conteúdos e o desenvolvimento psicológico, enfim, entre a sociedade e a criança. (CUNHA: 1996. p. 8).

O papel do professor neste sentido reside em buscar dominar os conhecimentos científicos que foram desenvolvidos ao longo do tempo, e a partir daí tornar esses conteúdos compreensíveis para as crianças, buscando dar-lhes uma conotação viva, aproximando-as da realidade social. A criança torna-se o centro do processo educativo, tendo o professor o dever de se esforçar para despertar o interesse e provocar a curiosidade. A livre iniciativa e a espontaneidade são valorizadas, sendo estimulada a pesquisa e a comprovação dos fatos. No que tange a avaliação, esta não pode visar apenas os aspectos intelectuais, mas especialmente às atitudes e as habilidades. (SANTOS: 2006. p. 138).

No Brasil, o escolanovismo desenvolveu-se na década de 1930, num contexto de transformações sociais, políticas e econômicas, sob a crença de que a educação era o verdadeiro e exclusivo instrumento para se chegar a uma sociedade democrática. (LUSTOSA JUNIOR) O país acabara de sofrer um Golpe liderado por grande parcela dos militares, tendo a frente Getúlio Vargas e a elite dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, descontentes com o arranjo político encabeçado pelo Presidente Washington Luiz, e desejosos em romper com o pacto denominado de Política do Café com Leite. O Golpe de 1930 depôs Washington Luiz e impediu a posse do eleito Júlio Pres-

tes, vindo o poder político parar nas mãos de uma junta militar que no dia 1 de novembro de 1930 transferiu o cargo para Vargas, vindo assumir de forma provisória, acontecimento que marca o fim da República Velha e início de um novo tempo com legislação social e desenvolvimento industrial.

A nação passava por um rápido processo de urbanização, resultado da ampliação da cultura cafeeira e do desenvolvimento do setor industrial, sendo necessária a propagação do pensamento liberal a fim de atender as novas expectativas. Nesse contexto, o ideário da escolanovista vai ao encontro das novas demandas da sociedade cujo esforço era a superação da pedagogia tradicional, que submete o homem a valores e dogmas tradicionais controlados pela Igreja, para outra ordem existencial voltada para a problemática do indivíduo e o mundo em que vive. (ARANHA, 1996. p. 167).

Durante o governo provisório de Vargas foi promovida, ainda em 1931, uma ampla reforma educacional que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, regulamentando o funcionamento das universidades e incluindo uma cobrança de anuidade uma vez que o ensino superior não era gratuito. (MARTINS: 2002). Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação que vem consolidar a visão de um segmento da sociedade brasileira, que desejava interferir na condução da política educacional. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais ligados a educação dentre eles: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho e Cecília Meireles todos defendendo uma educação organizada pelo Estado, que fosse pública, gratuita, obrigatória e laica. (LUSTOSA JUNIOR: 2009).

Em 1937, sob o argumento de que os comunistas queriam tomar o poder, é forjado pelo governo Vargas o Plano Cohen a fim de justificar o Golpe de Estado e a implantação da Ditadura do Estado Novo, que se fez por meio de um pronunciamento do Presidente em rede de rádio, onde ficou instituída a censura aos meios de comunicação e o controle da produção cultural. Nesse novo contexto

político, o escolanovismo perde espaço, com o governo direcionando as políticas educacionais como instrumento a serviço do regime em vigor. Só no período democrático é que os ideais da Nova Escola voltam de forma tímida à cena política, sendo as discussões travadas no parlamento pelos partidários de um modelo privado de ensino versus aqueles que defendem o ensino público.

Com a deposição de Vargas em 1945, assume Eurico Gaspar Dutra que no final do seu governo realiza as eleições presidenciais, concorrendo para a volta de Getúlio a Presidência. Em agosto de 1954, Vargas comete suicídio e a presidência passa para as mãos do Vice, Café Filho, que mesmo diante da tentativa dos conservadores de tomarem o poder, não mede esforços e garante a realização das eleições de 1955, que ocorreram no mês de outubro, sendo Juscelino Kubitschek (PDS) o vitorioso, derrotando seu principal oponente Juarez Távora (UDN). Depois de empossado, JK procura colocar em prática as promessas de campanha e para tanto apresenta nos primeiros dias de mandato o Plano de Metas que consistia em trinta e uma metas, distribuídas em áreas estratégicas, sendo elas: transporte, energia, indústria, alimentação e educação; tendo ainda a meta síntese que representava a construção de Brasília, todas voltadas para fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico do país. (GONZALES: 2011).

O plano de governo do então Presidente demonstra a falta de compromisso com uma política educacional de fato eficaz, comprometida com o pleno desenvolvimento da pessoa humana e com a formação cidadã, pois o que estava em jogo era atrair o capital externo, seja por meio da instalação de empresas multinacionais no território brasileiro ou ainda recorrendo a instituições financeiras como o FMI. Esses organismos internacionais por sua vez, ditavam certas condições para a concessão dos empréstimos, exigindo cortes de gastos e redução de investimento no setor educacional. O argumento era barrar qualquer pedido de empréstimos, feito pelos países emergentes, que não cumprisse as

determinações internacionais, sob o argumento de que as decisões seguiam critérios técnicos sendo vetados os casos em que o credor não atendesse as exigências impostas.

As realizações da administração JK teriam se voltado prioritariamente para a edificação de grandes obras e para “intensa capitalização do Brasil, em particular por meio de investimento estrangeiro”, considera Vieira. A economia teria prevalecido em detrimento da política social, e as “metas econômicas do governo federal não só conviveram com precárias condições de vida da maioria da população brasileira, como nunca permitiram ocultá-las, através da febre desenvolvimentista”, diz o autor (idem, p. 127). O Programa de Metas privilegiava os chamados setores prioritários – energia, transporte, alimentação e indústria de base -, dando alguma relevância à formação técnica dos trabalhadores, incluída na meta referente à Educação. Este setor, assim como a Saúde Pública, a Habitação Popular, a Previdência Social e a Assistência Social, teriam merecido atenção menor na política juscelinista. (idem, p. 128). (CUNHA: 1991. p. 182).

No que tange a educação, o Plano reservou um percentual de apenas 3% de toda a verba para investimento, e os esforços, que se traduzem na implantação das políticas públicas, voltaram-se para o ensino técnico, modalidade considerada essencial para o crescimento industrial. Só nos anos finais do governo JK, foi retomada, de forma mais eficaz, a agenda de discussões sobre a escolanovista desta vez com o reforço de intelectuais a exemplo de Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso. (MUNHOZ: 2006).

No tocante à política social de JK, interessa-nos particularmente destacar suas concepções a respeito da Educação. Vieira nos dá um quadro do pensamento juscelinista neste setor. Diz o autor que em 1956 grande ênfase era colocada sobre as escolas técnico-profissionais, “onde se formariam empregados qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica. A educação profissionalizante serviria para integrar o homem na almejada civilização industrial. Juscelino visualizava um ensino secundário com maiores possibilidades de opções, além da tradicional via de acesso ao ensino superior. Assim “reconhecia a premente necessidade de aprimorar professores, técnicos, administradores e inspetores daquele nível de ensino”, e, mais adiante, em 1958, valorizava a preparação de “técnicos de nível médio, para

irem trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e mesmo no magistério primário”. Ainda segundo Vieira, para Kubitschek os “estudos predominantemente intelectuais” deveriam ser reservados apenas aqueles jovens que demonstrassem possuir “vocação” para tal caminho. (CUNHA: 1991 p. 182).

No tocante a ideologia, a lógica era preparar as instituições de ensino e seus professores para a nova realidade de mudanças, ou seja, as escolas deveriam preparar os trabalhadores que iriam ocupar os postos criados pela política desenvolvimentista do então Presidente. A preocupação se volta para atender à demanda do mercado, preparando os brasileiros para serem os técnicos que iriam compor o mercado e atender aos reais interesses da classe empresarial. A educação profissionalizante serviu para integrar o homem a nova realidade, tornando-o apto a ocupar os postos de trabalho e desta forma colaborar com desenvolvimento do país. (CUNHA: 1991. p. 183).

A Lei N° 4.024/61 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional – LDB.

Um intenso processo de industrialização do país se configurou na década de 1939, vindo se constituir em uma política denominada de nacionalismo, no caso de Vargas; nacional-desenvolvimentista se referindo a Juscelino. O período é caracterizado por inovações tecnológicas, avanços nas ciências e na medicina, aumentando gradativamente a expectativa de vida dos brasileiros. Esses avanços também se fizeram presente na indústria de material bélico, provocando inúmeras mortes. No que se refere à educação, o debate aconteceu em torno basicamente de duas correntes: uma ligada a Escola Nova, que defende ser o Estado o agente garantidor de uma educação laica, gratuita e de qualidade para todos; já a outra é liberal, ligada aos partidos de centro e direita que sustentavam a ideia da liberdade de escolha, cabendo as famílias decidirem dentre, uma variedade de opções, às escolas

dos seus filhos.

No que se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que regulamenta o sistema nacional de educação, sua menção se fez pela primeira vez na Constituição de 1934, durante o Governo de Vargas, quando o movimento escolanovismo estava em intenso debate. Passou um período de 14 anos no ostracismo, voltando à cena política em 1948, quando o executivo encaminhou o primeiro projeto de lei ao legislativo, que tratava especificamente sobre as diretrizes da educação nacional, oficializada por meio de um debate travado durante treze anos para finalmente ser concretizado na década de 1960.

A tramitação da LDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durou treze anos, se contada a partir da mensagem presidencial nº 605 de 29 de outubro de 1948, que apresentou ao Poder Legislativo o seu anteprojeto, elaborado por uma comissão de educadores presidida por Manoel Lourenço Filho, então Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde, tendo como relator geral o professor Antônio de Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo (USP). (MONTALVÃO: 2010. p. 22).

Durante os debates travados no Legislativo, ficou evidente a lentidão das duas casas em decidirem sobre temas complexos a exemplo da educação nacional. Esse fato tem relação com as alianças feitas entre os Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) na sustentação do governo de Eurico Gaspar Dutra. Esse acordo se refletiu na pouca autonomia dos parlamentares em aprovar algo que desagradasse o governo. No entanto é notório segundo MONTALVÃO em seu artigo A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação, que durante o período democrático (1945-1963), o PSD, partido getulista, controlou a maioria das comissões, como também as mesas diretoras da Câmara e do Senado, influenciando os trabalhos, sobretudo, na Comissão de Educação que foi presidida por parlamentares do PSD de 1947-1958. O ex-ministro da Educação e

Saúde de Vargas, e líder do partido (PSD) na Câmara dos Deputados, Gustavo Capanema foi praticamente o relator do capítulo sobre a educação, pontuando a responsabilidade do Estado Brasileiro em oferecer e garantir um ensino gratuito e de qualidade para todos. (MONTALVÃO: 2010. p. 24).

Com grande influencia no partido, do qual era o líder na Câmara dos Deputados, não seria estranho o sucesso da intervenção de Gustavo Capanema. Especialista na política educacional da ANC de 1946, Romualdo Portela de Oliveira (1996, p. 169) afirma que o ex-ministro da Educação e Saúde de Vargas (1934-1945) foi “praticamente, o redator do capítulo de educação”. (MONTALVÃO: 2010. p. 24).

Em 1959, a mesa diretora da Comissão de Educação passou para o Partido Liberal (PL), pequena agremiação, com apenas três parlamentares eleitos, no entanto aliado da UDN cujo principal representante fora Carlos Lacerda, opositor de Vargas e das idéias defendidas por Capanema, que colocava a educação sob responsabilidade do Estado. Somado a perda da Comissão em 1959, Capanema foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas por JK enfraquecendo a defesa e o discurso no legislativo em relação à centralização do ensino. Com esse novo cenário de enfraquecimento do PSD, Lacerda, líder da UDN e aliado do PL, se coloca a favor do andamento das discussões em torno da LDB e da tese sobre a liberdade do ensino. A lógica era fixar em lei o direito das famílias em prover a educação dos seus filhos, tendo a iniciativa privada o controle do rumo que a educação deveria tomar. Lacerda almejava à presidência da República e para tanto procurou exercer seu mandato de Deputado patrocinando e defendendo os interesses da classe média do Rio de Janeiro e da Igreja Católica que mantinham escolas confessionais.

(...) o pensamento educacional veiculado pelo substituto de Carlos Lacerda e Perilo Teixeira entendia que a responsabilidade pela educação em uma sociedade democrática não caberia ao Estado, e sim aos particulares, sendo a escola uma instância complementar à educação dada pelas famílias. A universalização do ensino e, conseqüentemente, o rompimento com o dualismo

totalitário, deveria ocorrer pelo apoio às famílias pobres, que poderiam optar pela escola de seus filhos em um mercado aberto à iniciativa privada. (MONTALVÃO: 2010. p. 34).

Os anos que antecederam a aprovação da LDB foram de intensos debates. De um lado estavam os estatistas, ligados principalmente aos partidos de esquerda e defendiam que o Estado deveria cuidar dos indivíduos sempre visando o bem da sociedade. Para os defensores dessa linha de pensamento o Estado precede o indivíduo sendo a finalidade do Estado, zelar por uma educação de qualidade para todos e que prepare o cidadão para o exercício da cidadania. O outro grupo sustentava que os indivíduos possuíam direitos naturais inclusive o de escolha, cabendo as famílias decidirem o tipo de escola para seus filhos. Ao Estado caberia traçar as diretrizes do sistema educacional e garantir as pessoas de baixo poder aquisitivo bolsas de estudo.

Durante as discussões da futura LDB, destaca-se a atuação do jurista e Deputado San Tiago Dantas cuja participação foi marcante na tramitação do projeto de Lei nº 2.222/57, chegando a compor a Comissão de Educação e Cultura. Em discurso, Dantas defendeu que o Projeto de Lei, de autoria de Lacerda, apresentava graves lacunas e que não atendia as novas exigências da sociedade brasileira. Para ele o substitutivo da lei apresentava pouca clareza estando a serviço da iniciativa privada e dos interesses das classes dominantes que controlavam o ensino e por sua vez a produção cultural, defendendo uma maior discussão do projeto como algo fundamental para o país. (SEPULVEDA: 2013 p. 7).

Em um estudo realizado por José Antonio Miranda Sepuvela (Articulação entre Anísio Teixeira e San Tiago Dantas na tramitação da primeira LDB) é possível identificar uma aproximação dos discursos de San Tiago Dantas e correspondências trocadas com Anísio Teixeira, ambos defensores da ampliação do ensino público, da educação como elemento primordial para o desenvolvimento

da nação, educação como impulsionadora do Brasil à modernidade e essencial para legitimar os interesses nacionais.

Existiu uma intensa correspondência de Dantas com importantes autoridades e intelectuais e durante todo o processo de tramitação da LDB, o que demonstrava o seu empenho nesse assunto em questão. Sua correspondência com Anísio Teixeira apresentava um tom de cordialidade e proximidade entre ambos. Apesar de existir troca de cartas entre eles desde a década de 1930, o que mostrava um contato anterior à tramitação da primeira LDB. (...) Em junho de 1959 Dantas proferiu discurso na Câmara dos Deputados levantando questões semelhantes às abordadas por Teixeira em sua vida pública, principalmente no que se refere à exaltação da importância da educação para o desenvolvimento nacional. (SEPULVEDA: 2013. p.4).

Depois de uma década, já no Governo de João Goulart, mas precisamente em 1961, é que o debate sobre a temática educação se intensifica culminando com a aprovação e consolidação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – primeira legislação específica para regularizar o sistema de ensino no Brasil. Ela estabeleceu a educação primária e a de grau médio, ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial; instituiu o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais que definirão as disciplinas obrigatórias e a amplitude dos seus programas em cada ciclo. Estabeleceu o percentual que deverá ser investido pela União, Estados e Municípios, assim como regularizou o ensino religioso enquanto disciplina das escolas oficiais e de matrícula facultativa. Para os alunos que concluírem a educação primária, a lei instituiu o exame de admissão ao ginásio como pressuposto para prosseguir nos estudos; o exame de madureza para os maiores de dezesseis anos que desejasse obter o certificado de conclusão do curso ginásial e para os maiores de dezenove anos para a obtenção do certificado do curso colegial. (BRASIL, 1961).

A Ditadura Militar e a Lei N° 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as novas diretrizes da educação nacional.

O Golpe de 1964 foi uma extensão do descontentamento das elites brasileiras com a possibilidade do vice-presidente, João Goulart, assumir a Presidência da República. Com a renúncia de Jânio Quadros, a Constituição de 1946 previa que o cargo fosse ocupado pelo vice-presidente que naquele momento se encontrava em viagem diplomática a China. Diante da conjuntura, criou-se vários obstáculos para a posse de Jango, que só assumiu o poder com a implantação às pressas de um novo sistema político, o Parlamentarismo, que reduzia os poderes do Executivo. Em 1963 a população convocada, por meio de um Plebiscito, decide pelo o retorno do Presidencialismo. A estreita relação de Jango com os sindicatos e as associações de bairros permitiu que as elites vissem essa aproximação como uma ameaça aos seus interesses. A crise política se intensifica quando o governo anunciou as Reformas de Base, causando um grande incômodo à classe conservadora e ao governo dos Estados Unidos que passou a interferir nos destinos políticos do Brasil.

A Lei de Remessas de Lucro, que impedia as multinacionais enviarem mais que 10% do seu lucro para o exterior, representou o que faltava para os Estados Unidos atuarem com o objetivo de destituir o então Presidente. A conspiração culminou com o Golpe de 31 de março de 1964, realizado pelas Forças Armada, com a participação de setores da sociedade civil. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, assumiu a presidência e logo em seguida formou-se uma Junta Militar para organizar as estruturas do novo regime. Em abril de 1964 foi imposto o AI-1 que previa dentre outras coisas, eleições indiretas para Presidente da República, sendo empossado o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Em 1969, foi indicado de forma indireta para assumir a Presidência o general Emílio

Garrastazu Médici que endureceu o regime instaurando a censura e a tortura diante de um cenário de resistência tanto nos campos como nos centros urbanos. Esse período ficou caracterizado como os “Anos de Chumbo”.

Em 1968 foi instituído AI-5 e em 1970, o governo nomeou uma equipe de especialistas para elaborar a reforma do ensino. O anteprojeto foi encaminhado para o Ministério da Educação e em seguida para o Congresso para apreciação. A tramitação foi rápida, sem significativos debates, chegando a regime de urgência e aprovado em tempo relâmpago. (BELTRÃO: 2017).

O Projeto de Lei 9/1971 chegou ao congresso em regime de urgência. Em 40 dias, foi analisado por uma comissão mista (que tinha 18 parlamentares da Arena, o partido do governo, e apenas 4 do MDB, partido de oposição) e encaminhado para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara. A discussão e a votação no Plenário do Congresso Nacional ocorreram em um único dia, em julho de 1971. (BELTRÃO: 2017).

O Brasil estava passando pelo que os Militares denominaram “Milagre Econômico” e fazia-se necessário preparar o país para essa nova realidade. Em relação ao modelo econômico, o período foi caracterizado por uma significativa mudança ideológica, abandonando o modelo nacional-desenvolvimentista e adotando uma nova concepção defendida e propagada pela ESG (Escola Superior de Guerra) que defendia o desenvolvimento com segurança e a facilidade da entrada de capital estrangeiro. O país precisava de mão-de-obra qualificada e para tanto a reforma do ensino seria de extrema relevância, vindo às autoridades constituídas trabalharem para a sua aprovação. (JACOMELI: 2010. p. 78).

..., no interior dos embates políticos, sociais e econômicos, que a educação foi reformada para forjar o “novo” cidadão, obediente e pacífico e que a ditadura militar almejava para a sociedade. Nessa reforma educacional, os Estudos Sociais, que englobava as disciplinas de História e Geografia e a disciplina de Educação Moral e Cívica, teriam a função de “inculcar” os valores sociais

desejáveis para o governo militar. (JACOMELI: 2010. p. 78).

O projeto recebeu uma grande quantidade de emendas parlamentares, todas legitimando os reais interesses dos militares. O espírito da proposta era a profissionalização do ensino, voltado para atender os interesses do mercado e a obediência social. A Lei determinou por meio do Parecer nº 94/71, a implantação das disciplinas Moral e Cívica e Programa de Saúde, usando como pretexto para sua aceitação, a ideologia liberal que afirmava estar sempre ao lado dos princípios democráticos; da preservação e fortalecimento de valores nacionais; culto à Pátria e à família e obediência às leis. A legislação apontou para a necessidade de um núcleo comum obrigatório e uma parte diversificada, a que se refere ao currículo, sendo a parte comum constituída pelas matérias de Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa); Estudos Sociais (História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil) e Ciência (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas). (JACOMELI: 2010. p. 8 - 84).

A Lei 5.692/71 fixou as diretrizes do ensino de 1º e 2º grau, cuja finalidade era proporcionar a formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades do estudante, seu preparo para o mercado de trabalho e para obedecer a ordem em vigor. O ensino médio, na época 2º grau, configurou-se de um caráter técnico, cujo objetivo era desenvolver aptidões para a atuação no mercado de trabalho, perdendo seu viés científico de preparação para o ingresso ao ensino superior, ficando evidente a presença da ideologia liberal.

A Nova República e a Lei Nº 9.394/1996 que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente nos dias atuais

Os anos finais da década de 70 e o início da seguinte foram marcados por uma forte resistência ao regime, com denúncias de corrupção e derrota dos militares representados pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) diante do partido de oposição MDB (Movimento Democrático Brasileiro) nas eleições ao legislativo. O executivo foi forçado, graças às pressões da sociedade, a adotar medidas no sentido de garantir as liberdades individuais e de imprensa. A legislação eleitoral e partidária sofreu modificações com o retorno do pluripartidarismo e a criação de novos partidos políticos. A Arena, partido dos militares, transformou-se em Partido Democrático Social (PDS) e o MDB, transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Outras agremiações partidárias surgiram como o PCdoB, PP, PTB, PDT e PT vindo a compor a base de oposição ao governo que passava por uma grave crise econômica e política, visto que era crescente a insatisfação em relação à Ditadura Militar e seus agentes.

..., uma nova legislação punha fim ao bipartidarismo e permitia a formação de novos partidos. Com isso, o governo pretendia enfraquecer e cindir a oposição fazendo com que se dividisse em diversos partidos. E foi o que de fato aconteceu: a Arena e o MDB foram extintos e formaram-se novas agremiações. Os integrantes da ex-Arena formaram o PDS (Partido Democrático Social); o extinto MDB deu origem a quatro novos partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), liderado por Ulysses Guimarães; o Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola. Em 1980, foi fundado também o Partido dos Trabalhadores (PT), que reunia sindicalistas e intelectuais militantes dos movimentos sociais e era liderado por Lula. (ALFREDO: 2016. p. 216).

A imprensa alternativa, os sindicatos e setores da Igreja Católica compuseram a base de oposição, pressionando e exigindo o retorno da democracia. No final do mandato do Presidente João Batista Figueiredo, o Deputado Federal do PMDB-MT, Dante de Oliveira, propôs por meio de Emenda

Parlamentar (PEC) nº 05/1983 o retorno das eleições para Presidente da República. A pressão popular deu origem a uma das maiores manifestações da História recente do Brasil, o movimento “Diretas Já”, pressionando para que a proposta fosse aprovada. Sendo assim, reuniu milhares de pessoas, nas principais cidades do país, exigindo a redemocratização. O movimento marcou uma geração e ficou caracterizado e imortalizado com um específico grito de guerra: “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. (MIRANDA: 2014).

A proposta foi rejeitada na Câmara dos Deputados com 298 a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 ausência, sendo necessário 320 votos dos 479 congressista, para seguir para o Senado.

O dia 25 de abril de 1984 ficou marcado na história brasileira. Era para ser de festa, mas o País foi dormir frustrado e revoltado. Em uma sessão cercada de tensão, com as galerias da Câmara cheias e acompanhada por milhões de brasileiros, por apenas 22 votos, os deputados rejeitaram a Proposta de Emenda à Constituição que previa a realização de eleições diretas no Brasil para presidente da República depois de 20 anos, mais conhecida como emenda Dante de Oliveira. (MIRANDA: 2014).

Mesmo rejeitada no Congresso, a pressão popular contribuiu para enfraquecimento da Ditadura. A eleição, mesmo indireta, consagrou o candidato oposicionista Tancredo Neves em 1985, que na véspera da posse foi acometido de uma grave doença, vindo a óbito dias depois. O poder político foi parar nas mãos do Vice-Presidente Jose Sarney do PFL, cujo governo foi caracterizado por representar o período de transição democrática. Nos anos iniciais do seu mandato, convocou a Assembleia Nacional Constituinte tendo como objetivo a elaboração de uma nova Carta Magna em substituição a de 1967. Os trabalhos foram marcados pela ampla participação popular, que podia encaminhar proposta para os congressistas. O texto final foi apresentado ao povo brasileiro no dia 05 de outubro de 1988, pelo presidente da Assembléia e Deputado Federal, Ulisses Guimarães que a chamou de Cons-

tuição Cidadã. O documento representou avanços no que se refere aos direitos sociais e civis, assim como os deveres do Estado, assim acredita-se ser relevante pontuar um capítulo inteiro para tratar da temática Educação, Cultura e Desporto.

A década de 1980, como dito anteriormente, foi marcada por uma ampla participação popular nos assuntos de cunho político. Foi um período caracterizado pelo surgimento de novos partidos, como também sindicatos, associações de interesses coletivos e no âmbito educacional, entidades que congregavam professores e especialistas na área. A comunidade educacional atenta ao processo de redemocratização, culminando na discussão e aprovação na IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada em Goiana, a Carta de Goiana, documento contendo as contribuições dos participantes sobre a educação e como o tema deveria se configurar na Constituição de 88. (OLIVEIRA: 1997. p. 816).

Na V CBE realizada em Brasília, no mesmo ano da promulgação da Constituição Cidadã, os participantes levantaram discussões sobre a importância de uma lei de diretrizes da educação e encaminharam a proposta que prezava pela universalização do ensino e pela organização de um Sistema Nacional de Educação. Nesse cenário, o então Deputado Octávio Elísio, do PSDB/MG, atendendo ao texto constitucional recém apresentado à nação, que dispunha sobre a importância de uma Lei específica para a educação, acolhe o desejo dos participantes da Conferência e propõe um projeto de autoria do professor Demerval Saviani, que foi encaminhado ao Legislativo em 20 de novembro de 1988. (OLIVEIRA: 1997. p. 817).

Antes das discussões em plenário, a proposta foi encaminhada para a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, sendo criado um grupo de trabalho coordenado pelo Deputado Florestan Fernandes (PT/SP) e tendo como relator o Deputado Jorge Hage (PSDB/BA). O objetivo do grupo era

ouvir os anseios da sociedade civil organizada e a partir das discussões e das diretrizes de educação de Saviani, elaborar uma proposta de lei que começou a tramitar na Câmara em 1988 como PL 1.258-A. (BOLLMANN; AGUIAR: 2016. p. 415).

O projeto é encaminhado à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e o seu presidente, deputado Ubiratan Aguiar (à época PMDB/CE) institui um Grupo de Trabalho cujo coordenador é o deputado Florestan Fernandes (PT/SP), coordenador-adjunto o deputado Átila Lira (PFL/PI) e o relator, deputado Jorge Hage, (à época PSDB/BA). O Grupo de Trabalho adota como procedimento a consulta à sociedade civil organizada, através das instituições e organismos que a representam, visando o encaminhamento de propostas para a elaboração da LDB. A própria pressão da sociedade civil, registrada desde os trabalhos da Constituinte, possibilita a construção de sua participação. Com esse procedimento pode-se afirmar que o grupo de legisladores saiu do âmbito político-partidário, mais próximo da sociedade política, na medida em que procura atuar de forma a que a elaboração da lei de ensino não se limite a um número restrito de parlamentares, mas sim que a sociedade civil tome conhecimento e manifeste-se, apresentando as suas reivindicações. Nos meses de abril, maio e junho de 1989 são ouvidos, em audiência, cerca de 40 representantes de entidades e dirigentes de órgãos ligados à educação. (OLIVEIRA: 1997. p. 818).

As discussões estavam em torno do ensino público e do ensino privado, tendo de um lado as forças progressistas formadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) que defendeu um projeto de educação pública, gratuita e de qualidade para todos; já do lado oposto, as entidades que representavam o ensino privado e o setor empresarial, como a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) e a Associação de Educação Católica (AEC). Os debates foram enriquecedores, tendo o Fórum um papel importante na conjuntura política nacional, ao conseguir manter coesas as organizações sociais em torno da luta por uma escola pública. (BOLLMANN; AGUIAR: 2016. p. 411).

Nos anos finais do governo de José Sarney vão surgir casos de corrupção e escândalos fi-

nanceiros envolvendo o Presidente. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi chamada para investigar os atos do executivo enquanto os salários dos trabalhadores não acompanhavam a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, vindo à população reagir por meio de manifestações, saques a supermercado e greves. (ALFREDO: 2016. p. 266).

Em 1989 teve início a campanha eleitoral para a Presidência da República. Concorreram ao cargo mais de 20 candidatos. Disputaram em segundo turno Fernando Collor de Melo (PRN), empresário e de família tradicional, tinha sido prefeito de Maceió, Deputado Federal e Governador de Alagoas pelo PMDB; o outro candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), operário, metalúrgico e líder sindical, veio em 1982 disputar o cargo de governador e, quatro anos depois, elegeu-se Deputado Federal. A vitória ficou com Collor que governou segundo as idéias liberais, sendo a privatização e o estado mínimo seu projeto de nação.

Em 1989, num clima de insatisfação e desconfiança, teve início a campanha para presidência da República. Concorriam ao cargo mais de 20 candidatos, entre os quais Wlysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT).

O jornalista Fernando Collor de Mello pertencia a uma família tradicional de políticos e empresários e tinha sido prefeito de Maceió, deputado federal pelo PDS e governador de Alagoas pelo PMDB.

Collor conhecia o poder dos meios de comunicação de massa e sabia utilizá-los a seu favor. Nos programas eleitorais gratuitos, ele se apresentava como inimigo número 1 da corrupção e prometia derrubar a inflação, governar para os descamisados e caçar os marajás do serviço público; divulgado pela mídia, o termo marajá ganhou popularidade. Uma parcela grande da população, convencida desse discurso, passou a acreditar que aí estava a origem de todos os males do povo brasileiro. (...)

Luís Inácio Lula da Silva, o maior opositor de Collor de Mello na campanha presidencial, tinha um perfil bem diferente deste. Lula havia sido operário, metalúrgico e líder sindical e conquistado popularidade a liderar as greves históricas iniciadas no ABC paulista, em 1978. Em 1982 foi candidato a governador e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal.

Lula apresentava-se como o candidato dos trabalhadores, e seu programa de

governo criticava a desigualdade social, a pobreza, e propunha suspender imediatamente os pagamentos referentes à dívida externa; organizar um governo democrático-popular (anti-imperialista); promove a reforma agrária e o desenvolvimento e pró dos trabalhadores.

N segundo turno da eleição a disputa evoluiu para uma polarização ideológica; as forças conservadoras (PFL, PDS e boa parte do PMDB) passaram a apoiar Collor abertamente, por medo de que Lula vencesse a corrida presidencial, enquanto Mário Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula.

Na reta final da campanha, Collor foi ajudado pelos grandes partidos, pelos meios de comunicação de massa e pelo uso eleitoreiro de fatos da vida pessoal de seu adversário. E, com isso, Collor de Mello, do Partido da Reconstituição Nacional (PRN), venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Collor recebeu 35 milhões de votos, contra 31,1 milhões dados a Lula. (ALFREDO: 2016. p. 266).

No Congresso, o perfil dos parlamentares é mais conservador mediante as alianças realizadas pelo partido do Presidente eleito. O projeto de LDB do relator Jorge Hage foi aprovado na Comissão de Educação e em seguida encaminhado para o plenário da Câmara, onde recebeu uma grande quantidade de Emendas Parlamentares, artifício usado pelos conservadores para que a proposta voltasse às Comissões e não seguisse ao plenário, ficando evidente que a lógica era atrasar a sua aprovação.

Com uma nova composição parlamentar, cujo perfil é mais conservador que a composição da legislatura anterior, o projeto vai a plenário da Câmara dos Deputados, em maio de 1991, e recebe 1.263 emendas dos parlamentares. O excessivo número de emendas constitui-se no artifício utilizado para o seu retorno às Comissões Técnicas (Comissão de Educação, Comissão de Constituição e Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Tributação) para ser analisado. (OLIVEIRA: 1997. p. 819).

A atuação do Ministro da Educação do Presidente Collor, prof. José Goldemberg, foi decisiva para que a proposta não seguisse adiante. O PL voltou para as Comissões, passou pelas mãos de vários relatores, e só em 1993 por meio de um acordo suprapartidário é aprovado como PL nº 1.258-C.

(BOLLMANN; AGUIAR: 2016. p. 415).

No Senado, Darcy Ribeiro (PDT/RJ) apresenta seu projeto de LDB em parceria com Maurício Correia (PDT/DF) e Marco Maciel (PFL/PE), cujo conteúdo vai na contra-mão do que tinha sido construído na outra casa. O projeto passou a ser identificado como PL nº 1.258-C, de 1993, tendo Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE) como relator. O PL é aprovado na Comissão de Educação, mas não vai a Plenário retornando às Comissões numa espécie de manobra. Nesse cenário de dificuldade para a tramitação do projeto, Darcy Ribeiro apresenta outra proposta com um forte caráter privatista, cuja relatoria ficou sob sua responsabilidade, sendo discutido e aprovado no Senado e logo encaminhado para a Câmara Federal, tendo o Ministro da Educação do governo Itamar Franco, Murílio Hingel, criado as condições necessárias para sua aprovação, que foi realizada de maneira definitiva em 17 de dezembro de 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. (BOLLMANN; AGUIAR: 2016. p. 416).

De volta ao Plenário da Câmara Federal, o acirramento dessa disputa teve como resultado a aprovação definitiva, em 17 de dezembro de 1996, de uma nova LDB, cujos princípios gerais contemplavam o projeto Darcy/MEC e não o original da mesma Casa. O Presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, sem perder tempo, sancionou a lei em 20 de dezembro de 1996, sob nº 9.394, de 1996. (BOLLMANN; AGUIAR: 2016. p. 418).

De caráter liberal, a Lei 9.394/96 fortaleceu a concepção mercantilista de educação, reduzindo a responsabilidade do Estado em garantir uma educação pública e de qualidade para todos; definiu a educação em básica e superior; abordou temas como aqueles referentes a recursos financeiros; determinou a função do Governo Federal, Estados e Municípios; estabeleceu a carga horária mínima; assim como as diretrizes curriculares, estando em vigência até os dias atuais.

Capítulo 2

**A IMPORTÂNCIA DAS
ELEIÇÕES DE 2002 E SEUS
DESDOBRAMENTOS NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS**

As eleições presidenciais de 2002 ocorreram em dois turnos e concedeu vitória ao Partido dos Trabalhadores, que lançara a candidatura, pela terceira vez consecutiva, de Luiz Inácio Lula da Silva, retirante nordestino, torneiro mecânico e líder sindical, eleito com mais de 52 milhões de votos, derrotando seu principal opositor José Serra do PSDB, que obteve aproximadamente 33 milhões. (BRASIL: 2003).

Em 2002, as eleições presidenciais foram vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que obteve 61,27% dos votos válidos contra 38,7% dados a José Serra, do PSDB. Era a primeira vez que um ex-operário chegava à presidência da República. No início de seu mandato Lula declarou que a prioridade de seu governo era o combate à fome. Segundo seus assessores, a fome no Brasil não existia por falta de alimentos, mas por falta de meios para adquiri-los de forma permanente, e em quantidade e qualidade adequadas. Como a renda estava mal distribuída no país, uma parcela da população não conseguia o mínimo necessário à sobrevivência. Dados oficiais informam que, em 2001, havia cerca de 46 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Para fazer frente a essa situação, o governo Lula lançou o programa Fome Zero, que combinava políticas estruturais, voltadas para as causas da fome e da pobreza, como a geração de empregos e o acesso à saúde e à educação, com políticas específicas, como a educação e o Programa Bolsa Família. . (ALFREDO: 2016. p. 274).

A vitória de Lula foi resultado do desejo de mudança que marcou a Nova República e da insatisfação do povo brasileiro em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, FHC, que não conseguiu no seu segundo mandato, alavancar a economia, nem ser eficaz na geração de empregos, permitindo que o país mergulhasse em uma profunda crise energética, agravando a desconfiança dos investidores, que tiveram de conviver com seu representante político envolvido em denúncias de compra de votos para a aprovação da Emenda Constitucional que previa a reeleição para o cargo de Presidente da República. A conjuntura internacional também colaborou para que Lula se mantivesse no páreo, com chance de vitória, uma vez que o projeto neoliberal, favorável a redução do papel do

estado na condução das políticas públicas, estava dando sinais de desgastes, sofrendo derrotas políticas e eleitorais, sobretudo na América Latina. (ALMEIDA: 2003. p. 6).

A crise conjuntural, o cenário desfavorável para o candidato da situação, que representava FHC e seu governo, somado ao desejo de mudança que estava presente no espírito do brasileiro desde os anos finais da Ditadura Militar e as alianças realizadas, contribuíram de forma decisiva para a vitória do candidato da oposição.

Derrotado nas eleições de 1989, 1994 e 1998, ficou evidente que era preciso estabelecer uma relação mais diplomática com outros partidos e com setores empresariais. O candidato, representante da oposição, procura compor sua chapa escolhendo para vice-presidente José Alencar Gomes da Silva, do PL, político conservador e empresário renomado, que ao assumir o governo adota uma postura de interlocutor entre o governo e os setores empresariais, sendo decisivo para a aprovação de leis de interesse do governo e, sobretudo, de famílias de baixa renda. (ALMEIDA: 2003. p. 8).

O discurso elaborado por Lula durante a campanha, também contribuiu para sua ascensão a presidência, pois:

“..., Lula conseguiu manter seu principal capital político-eleitoral, que foi o de ter um lugar de fala identificado com a ‘mudança’ demandada pela grande maioria da população. Manter a imagem de ser o mais preocupado em resolver os principais problemas sociais do país como o desemprego e fazer as mudanças necessárias.” (ALMEIDA: 2003. P. 9).

Era preciso também conquistar a simpatia das classes empresariais e para tanto a estratégia foi manter o discurso de mudança com o compromisso claro e evidente em relação ao grande capital internacional.

“Em 22 de junho, Lula lançou a “Carta ao Povo Brasileiro” prometendo cum-

prir os contratos com as instituições financeiras como o FMI. Este posicionamento foi um marco no PT. Desde 1994 o partido havia retirado do seu programa a suspensão do pagamento da dívida, mas nunca tinha assumido publicamente seu pagamento. Em 29 de junho, o Diretório Nacional retira do programa de governo as referências à ruptura com o modelo econômico que havia sido aprovada no encontro nacional de dezembro de 2001. É preciso intervir em alguns estados para impor a aliança com o PL. Com isto, o PT, em vários estados, foi obrigado a fazer alianças com políticos que, além de serem de direita, apoiaram Collor e estavam envolvidos com corrupção, narcotráfico e outros crimes”. (ALMEIDA: 2003. p, 10).

No segundo turno, o candidato favorito nas pesquisas eleitorais, procura evitar falar em mudança sendo sua imagem construída em torno de um Lula negociador, alicerçada em seu passado e na sua trajetória de líder sindical, onde teve que negociar exaustivamente com os patrões e com o governo. Essa estratégia de marketing, de evitar falar em mudanças no segundo turno, somada à tentativa de se colocar como um negociador em um contexto de crise encontrou terreno fértil para a garantia da vitória não apenas para o cargo de Presidente da República, mas também para os candidatos aliados que irão ocupar o Legislativo estadual e federal. O Partido dos Trabalhadores e seus aliados conseguem eleger em 2002, uma grande bancada de senadores, deputados federais e estaduais. O crescimento de sua bancada no Congresso garantiu uma base parlamentar de apoio às votações de interesses do Governo Federal, viabilizando a “governabilidade“.

Para Lula uma das questões essenciais para tornar a quarta eleição competitiva e construir uma possibilidade efetiva de chegar à presidência do Brasil colocava-se cristalinamente no âmbito da disputa de imagem. A dialética entre esperança e medo, já na compacta formulação de Duda Mendonça, está no cerne do problema. Imprescindível (re)construir a imagem pública de Lula de tal modo que ela ajudasse a superar o medo, inclusive de votar e correr o risco com Lula, e possibilitasse a vitória da esperança.

Lula deveria personificar a esperança da mudança – uma das demandas populares detectadas nas sondagens e um dos emblemas mais potentes da eleição de 2002 – o que não parecia improvável por ele e pelo PT, mas simultane-

amente - e isto era essencial – ele deveria transmitir uma garantia que a mudança aconteceria e ocorreria sem sobressaltos, deslocando a apreensão e superando o medo. (RUBIM; 2003. p. 22).

Os esforços voltaram-se, para mostrar sua capacidade em governar e negociar, exigindo a imagem de um novo Lula e um novo partido. A fórmula foi afastar a imagem do candidato radical, agressivo, crítico e oposicionista, para um “Lulinha paz e amor”.

Tal reformulação da política petista e da imagem de Lula, realizada por meio de procedimentos combinados e simultâneos, adquiriu uma tal relevância e visibilidade que a fórmula “Lulinha paz e amor”, ao se tornar uma das marcas registradas da eleição de 2002, obscureceu um outro deslocamento fundamental também estrategicamente elaborado e efetivado na imagem pública de Lula: a construção da imagem pública do Lula negociador. (RUBIM: 2003 p. 22).

O resultado das eleições de 2002 representou a derrota do projeto neoliberal, característico da década de 1990, que fora implantado por Collor e aprofundado durante o governo de Fernando Henrique, e marcou uma nova realidade cuja preocupação passou a ser com a ampliação dos direitos sociais e com a política de bem-estar social, sistema de valores voltados ao serviço público e comprometido com coletividade. Para fins analíticos esse modelo contempla valores, tais como: igualdade, assistência, justiça social, valorização das entidades representativas e cooperação. (BALL; MAINARDES: 2011)

Na presidência, Lula assume a difícil tarefa de compor seu Ministério, contemplado os partidos aliados, que compunham a base de apoio no Congresso Nacional, importantes para aprovação das reformas contidas no seu plano de governo. Para o Ministério da Educação, foi nomeado o Senador Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque do PDT, que no discurso de posse afirmou: não ter encontrado

um ministério parado e que no caso do Brasil, era só “pisar no acelerador e dobrar a esquerda”. (BUARQUE: 2003). Para ele, o desafio era tocar a educação e promover sua qualidade mesmo diante das dificuldades financeiras e legais, com uma quantidade expressiva de crianças e jovens fora da escola.

Afirmou que as mulheres exerceram um papel importante na sua formação, mostrando sua sensibilidade e atenção com as pessoas do sexo feminino, como também evidenciou a importância de abolir o analfabetismo no país com o envolvimento de todos.

Não é possível que um país que tem a mesma língua, fabrica aviões, tem hidrelétricas, tem tanta riqueza, não consiga fazer com que todos adultos leiam a língua, que quase todos falam, salvo alguns grupos indígenas. Não é possível. É uma vergonha, (...). Nós herdamos um Brasil com analfabetos. Mas por favor, não repassemos para os nossos filhos e netos, para as gerações futuras, um Brasil com a chaga do analfabetismo.

Esse é o desafio que eu quero convocar todos. Ninguém pode ficar de fora. (BUARQUE: 2003).

Para o Ministro, era um compromisso cuidar da educação, assim como, cuidar das mães grávidas, pois entendia que a educação começa no ventre materno e que todas as mulheres gestantes poderiam contar com o MEC na árdua tarefa de educar seus filhos. O programa do governo trouxe em seu conteúdo a preocupação para que todas as crianças tivessem acesso a uma cadeira em alguma escola deste país. Outro compromisso firmado se estendeu à juventude, pois para Buarque se um país não tivesse capacidade de oferecer oportunidades para os jovens, com toda certeza a juventude derubaria o governo. (BUARQUE: 2003).

Cristovam Buarque não passou muito tempo no Ministério, durante viagem oficial em Portugal, foi demitido por telefone pelo Presidente Lula, mediante a eminência da reforma ministerial realizada pelo executivo. Em seu lugar foi nomeado Tarso Fernando Herz Genro, que nos primeiros meses de trabalho criou as condições para a implantação do PROUNI, programa voltado para atender

alunos pobres que desejassem acessar o ensino superior na rede privada por meio de bolsa de estudo. O programa demonstrou ser eficaz, pois logo no início conseguiu efetivar parcerias com cerca de 200 instituições privadas, porém a aposta era conseguir a adesão de 250, abrindo 60 mil vagas ainda 2005, em troca da isenção de impostos. (STUDART: 2004).

No Ministério, Genro conseguiu viabilizar a elaboração, junto a representantes de 240 entidades acadêmicas e civis, a terceira e última versão do anteprojeto de Lei que tratava sobre a Educação Superior. A proposta teve como princípio a valorização da universidade pública, o combate a mercantilização do ensino e a democratização do acesso, que foi entregue ao presidente em solenidade no Palácio do Planalto. (NERY: 2005).

O desafio era elevar o número de matrículas em Instituições de Ensino Superior até 2011, conforme previa o PNL (Plano Nacional de Educação), e para tanto contou com o empenho do governo, que não mediu esforços para conseguir aprovação, nas duas casas legislativas, da reforma universitária, do PROUNI e de outras medidas que previa a expansão das escolas técnicas e criação de universidades federais

Em 29 de julho de 2005, Tarso é substituído por Fernando Haddad que se esforça e consegue implantar durante sua permanência no cargo o Sistema de Seleção Unificado (SISU); a Universidade Aberta do Brasil; os Institutos Federais de Educação; o Programa Universidades para Todos (ProUni) e o Novo Enem. Quando questionado, antes da posse, sobre qual projeto teria prioridade na sua gestão, a resposta foi enfática, pois para ele: “Não se faz educação fragmentada. Todo o sistema educacional, desde a educação básica até o ensino superior deve ser prioridade”. (SANTOS: 2005)



Capítulo 3

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS PARA A EXPANSÃO
DO ENSINO SUPERIOR NO
PERÍODO DE 2003 A 2014**

A Constituição de 1988, em seu art. 205, estabelece que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família. Seguindo esse princípio, fica evidente que ao governo cabe desenvolver e implantar políticas públicas que garantam a todos, independente da posição social, uma educação pública e de qualidade. É um processo decisório dar legitimidade a uma política pública, e isso envolve interesses de todos os lados, seja da elite endinheirada que se utiliza do saber para dominar, ou dos menos favorecidos que pode usá-la para promover sua emancipação.

Uma política pública quando realizada, reflete a cara do governo, suas intenções e seu compromisso. Envolve tudo que ele faz como os esforços para garantir o regime democrático, a aprovação da legislação específica, do orçamento, criação de taxas e tributos para gerar receita e mantê-la em vigência, enfim, envolve uma série de decisões de natureza política.

Assim, a política pública está relacionada praticamente a tudo aquilo que o governo faz em uma sociedade, ou seja, controlar e administrar conflitos internos e externos, distribuir recursos e benefícios entre os cidadãos, instituir taxas e tributos para gerar receita e sustentabilidade do Estado, regular comportamentos por meio da utilização legítima da força e organizar e estabelecer burocracias. (DYE, apud: PEREIRA; TAVARES JUNIOR, [201-], p. 101).

Cabe destacar ainda, que toda política pública para ser legitimada precisa da ação das instituições governamentais. São elas que dão o caráter universal, ou seja, faz com que se aplique a todas as pessoas, e se necessário usa a força das instituições para se fazer cumprir o que determina a legislação, ou ainda elabora estratégias que visem alcançar os objetivos desejados. Envolve ações articuladas entre poderes públicos, sociedade civil organizada, movimentos sociais e representantes do povo no legislativo e no executivo. (DYE, apud: PEREIRA; TAVARES JUNIOR, [201-], p. 102)

Desta forma, conclui-se que política pública é tudo que o governo realiza para a promoção

das garantias constitucionais; já a política pública educacional é tudo que um governo faz ou deixa de fazer em relação à educação escolar, sendo pertinente pontuar que no período analisado neste trabalho (2003-2014), as políticas públicas no campo da educação ganharam efetividade, sendo aprovada e instituída uma legislação cujo objetivo se relaciona com o desejo de democratizar o acesso ao ensino superior e reduzir as desigualdades sociais em nosso país. No que se refere à democratização do acesso, veremos nas próximas páginas, políticas implantadas pelo Governo Federal, que versa sobre a concessão de bolsas de estudos nas instituições privadas, exame de ingresso, sistema de seleção e ampliação do financiamento estudantil, tudo com vista na ampliação do acesso ao ensino, sobretudo dos jovens oriundos de famílias pobres.

Para fins analíticos o que se ver no recorte temporal em estudo, são ações e programas que caracterizam o estado de bem-estar social, regime que coloca o Estado como agente claramente comprometido com uma concepção de interesse público, abrangendo as áreas sociais, política e econômica e uma preocupação voltada em prover o acesso aos serviços básicos. (BALL; MAINARDES: 2011). Esse modelo vai contrastar como o ideário econômico liberal que busca se edificar em torno de temas como: enxugamento da máquina, crise, recessão, medidas duras, privatizações, desregulamentação e outras de significado quase sempre sombrio. (GENTILI: 2018. p. 48). O caminho utilizado pelos liberais para conter a crise são sempre voltados para reduzir o papel do Estado na promoção de melhorias para a nação.

O caminho, portanto, para a superação da crise é reduzir a esfera de influência estatal, por meio da desregulamentação, privatização de empresas públicas, terceirização de serviços prestados. No que diz respeito aos países que sofrem a crise da dívida externa, os remédios devem ter um sabor inicial mais amargo, associado à necessidade de estabilizar moedas corroídas por desequilíbrio financeiro prolongados. (GENTILI: 2018. p. 48)

O PROUNI – Programa Universidade Para Todos – e a expansão do Ensino Superior.

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve como principal característica no plano ideológico, a redução das desigualdades sociais e para tanto defendeu um novo contrato social, expresso na logomarca do governo “BRASIL: UM PAÍS DE TODOS”. A proposta no era minimizar as desigualdades entre pobres e ricos e governar para atender os interesses da maioria do povo brasileiro.

“Lula defendeu, em sua proposta de governo (2002), a construção de um novo contrato social, que possibilitasse a construção de um país mais justo, econômica e socialmente, incluindo e beneficiando setores historicamente marginalizados da sociedade brasileira. Defendeu a ação reguladora do Estado sobre o mercado para o enfrentamento da exclusão social, com vista a garantir cidadania de fato, a todos os brasileiros. Desse modo, entendeu como necessárias ações afirmativas para evitar a discriminação contra determinados grupos da sociedade, dentre eles, negros, índios, portadores de deficiência e outros”. (ROSA: 2013. p. 172).

Nesse cenário, o Ministério da Educação, propõe a Reforma Universitária que pretendia ampliar o número de universidades federais, o número de matrículas nas IES, como também possibilitar o acesso de jovens pobres nessa modalidade de ensino, tendo o PROUNI (Universidade Para Todos) como carro chefe. Para tanto, o Governo Federal, procura viabilizar políticas cujo objetivo era promover a expansão do acesso e permanência dos jovens no ensino universitário, e logo no início do governo, mas precisamente em 2004 encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei – PL - nº 3.582/2004 que dispunha sobre a implantação no país do PROUNI. Como o tramite legal de um PL no Legislativo é bastante lento, visto que se faz necessária discussão nas duas casas, como também a apreciação nas comissões, o governo decide então, diante da urgência da questão, assinar uma MP nº 213, de 10 de setembro de 2004, cujo teor foi dar incentivo as instituições de ensino superior a

concederem bolsas de estudo integrais ou parciais para alunos carentes e professores lotados na rede pública. (PEREIRA; TAVARES JÚNIOR: [201-]. p, 104).

A meta do Ministério era ampliar o número de estudantes de baixa renda nas IES, uma vez que era notória a crença do governo no poder transformador da educação. A pretensão era promover o acesso ao ensino superior com baixos custos para os cofres do governo, atender os desejos do setor privado e cumprir com o PNE (Lei nº 10.172/2001) de aumentar o percentual de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, no ensino superior para 30%. (CATANI; HEY; GILIOLI: 2006).

A jogada política era atrair os investidores que só queriam atuar no Brasil, na certeza de que a dívida do país era sustentável e que não haveria suspensão dos compromissos. A questão fiscal ganhou lugar central, tendo o controle do déficit público deixado de ser a referência principal dando lugar a sustentabilidade da dívida. (CARVALHO: 2006). Nesse cenário, acordos com os organismos financeiros internacionais envolveram a garantia do pagamento da dívida, como também a promoção de ações efetivas do setor educacional. O Prouni seria um exemplo, dentre outros, do esforço em gastar menos para vender a imagem aos investidores externos de que a dívida do país é sustentável e de que não haverá calote (CATANI; HEY; GILIOLI: 2006).

As instituições da rede privada, que desejassem aderir ao programa e se enquadrasse na condição de não-beneficentes, ofereceria uma bolsa para cada nove alunos regulamente matriculados. Já as beneficentes deveriam ofertar uma bolsa integral para quatro alunos matriculados, ficando em contrapartida isentas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Já os critérios para a seleção dos beneficiados, seria a nota e o perfil socioeconômico do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). (CATANI; HEY; GILIOLI: 2006).

Como o governo conseguiu em 2005, maioria nas duas casas legislativas, foi instituído o PROUNI por meio da Lei nº 11.096/2005, vindo beneficiar tanto as IES privadas que contava com uma expressiva representação na Câmara e no Senado, com isenção fiscal, como também os alunos aptos a ocuparem a vaga.

“..., a ideia geral do programa era de que as IES privadas, em troca de isenção fiscal, ofertassem bolsas de gratuidade nos cursos superiores de graduação e sequenciais de formação específica para estudantes provenientes de famílias de baixa renda, bem como para indígenas, negros e pardos, deficientes físicos e professores das redes públicas de ensino, ‘neste último caso, independentemente da situação financeira e racial’. (CUNHA, 2007, p.819). A lei do PROUNI determinava que os bolsistas integrais deveriam ter renda familiar per capita igual ou menor que um salário mínimo e meio e, para ter direito às bolsas parciais (50 e 25%), ter renda familiar per capita menor que três salários mínimos”. (PEREIRA; TAVARES JÚNIOR: [201-]. p, 104).

O programa surge junto ao discurso de justiça social e se firma como instrumento de inclusão da população menos favorecida economicamente, assim como uma política afirmativa na medida em que reservava vagas nas IES para afrodescendentes, indígenas e deficientes, garantido desta forma, os direitos fundamentais presentes na Carta Magna de 1988, como também atender a proposta da LDB de 1996 que previa que o jovem ao término do ensino médio, tivesse condições de exercerem sua cidadania, atuarem no mercado de trabalho, como também de ingressar no ensino superior.

Tais medidas atenderam as expectativas da sociedade civil, como dos movimentos sociais que tinham como bandeira ações afirmativas de eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, bem como o desejo de garantir a igualdade de oportunidade para todos.

O ENEM – Exame Nacional Do Ensino Médio.

De acordo com estudos realizados por Pereira e Silva, em artigo publicado com o título As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: expansão ou democratização, as desigualdades são consequência dos investimentos feitos em indivíduos específicos. Para os autores, talentos e esforços não seriam características válidas para honrar determinados indivíduos como sendo merecedores de políticas públicas específicas. É necessário considerar que o Estado é a instituição que deve garantir que as ações tenham um caráter universal e atendam a todos. (PEREIRA; SILVA: 2010. p.14).

No âmbito das políticas educacionais, é notório observar os esforços e as negociações do governo para dar outro direcionamento às ações, a fim de garantir a democratização do acesso da juventude brasileira no ensino superior, gerando mais oportunidades de ascensão social por parte daqueles que estiveram ao longo da história numa posição de coadjuvante.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de princípios definidos na LDB/1996 e materializados por meio da Portaria Ministerial nº 438 de 1998, será objeto de estudo, visto que na sua versão primeira o objetivo era avaliar as competências e habilidades básicas dos jovens durante o ensino médio, preparando-os para atuarem no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania.

A primeira prova aconteceu em 1998 e continha 63 questões mais uma redação. Esta edição contou com aproximadamente 157.2 mil inscritos, tendo apenas 115,6 mil comparecidos para a realização da avaliação. A estruturação do exame e toda logística ficou sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP) e para tanto, era observado o desempenho dos alunos em cinco competências básicas, a saber: domínio de linguagem, compreensão de fenômenos, capacidade de enfrentar situações-problemas, construção de argumentos e elaboração de propostas. (QUINÁLIA; SLONIAK; DORES; LIRA: 2013. p. 68).

No ano de 1999, a USP, Unicamp e Unesp, principais universidades do país, passaram a utilizar o resultado do ENEM como nota de ingresso em suas instituições. Em 2000, o INEP contabilizou aproximadamente 400 mil inscritos, e no ano seguinte, por causa da gratuidade do exame, o número saltou para 1.627.900 inscrições, aproximadamente.

No governo do Presidente Lula, especificamente no ano de 2004, o Ministério da Educação vinculou a nota do ENEM à concessão de bolsas de estudo do PROUNI, o que colaborou para os quase 3 milhões de inscritos naquele ano. Em 2006, o resultado da avaliação que era nominal e chegava via correspondência na residência do candidato, passa a ser divulgado por escola acarretando uma competição entre as unidades de ensino que objetivava atingir o ranking das melhores instituições com as maiores notas. Nesse cenário se desenvolve uma política de responsabilização, onde as escolas buscam se enquadrar a nova realidade, atendendo desta forma aos interesses do mercado.

As políticas de responsabilização referem-se a uma educação voltada originalmente para o mercado, embasadas por princípios econômicos como a liberdade empreendedora (da escola), a livre escolha do cliente (os pais) e a contenção de recursos. A prestação de contas do que fazem, de como fazem e dos resultados obtidos seria uma maneira de aperfeiçoar a qualidade do trabalho realizado nas escolas. (SOUZA: 2017. p. 87).

Em 2009, tendo como Ministro da Educação o professor Fernando Haddad, o exame passou por uma reformulação, vindo ser chamado de Novo Enem.

Em 2009, foi publicada nova orientação do Enem que passou a ser chamado de Novo Enem. O MEC, com apoio do INEP, apresentou a proposta de reformulação e de utilização do Exame, sugerindo, pois, uma mudança de paradigma. Em outros termos, o Enem passou a ser uma forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. (QUINÁLIA; SLONIAK; DORES; LIRA: 2013. p. 70).

O desafio do governo era atrair os jovens para concluírem o ensino médio, unificar a matriz curricular ampliando as possibilidades dos alunos terem acesso aos conteúdos cobrados, como também viabilizar que a prova fosse realizada na região ou cidade do candidato, permitindo condições de realizar a prova, eliminando as dificuldades de deslocamento para a realização do exame.

Nesse novo contexto, as escolas passaram a pensar e organizar seu Projeto Político Pedagógico e sua grade de conteúdos tentando aproximar-se do ENEM. Os professores também foram estimulados a repensar sua prática, pois se fazia necessário transformar uma simples informação em conhecimento. Os alunos passaram a exercer um protagonismo, intervindo indiretamente na prática pedagógica dos professores ao cobrar que eles se atualizassem e direcionasse suas aulas para o que estava sendo exigido na avaliação. (QUINÁLIA; SLONIAK; DORES; LIRA: 2013. p. 69).

No ano de 2009, o exame passa por profundas mudanças sendo vinculado ao Sisu (Sistema de Seleção Unificado). Outra inovação foi o questionário socioeconômico, com preenchimento, digital e obrigatório, realizado no ato da inscrição, possibilitando um estudo mais aprofundado do perfil dos participantes. (SOUZA: 2017. p. 89).

Em 2010, o exame é tido como pressuposto para a obtenção do certificado de conclusão do ensino médio como afirma Telma Lima de Sousa, sendo possível obtê-lo, por meio da realização do Enem, desde que maiores de 18 anos no momento da aplicação. (SOUZA: 2017. p. 90).

Dois anos depois da determinação que colocou o exame como pré-requisito para a obtenção do certificado do ensino médio, foi instituída a Lei nº 12.711/2012 que integrada ao SISU, passou a reservar 50% das vagas, em cursos de graduação para candidatos oriundos de escolas públicas, como também ampliou o percentual de vagas para pretos, pardos e indígenas correspondentes ao número dessa população de acordo com o ultimo censo demográfico realizado pelo IBGE. (SOUZA: 2017. p.

90).

O SISU – Sistema de Seleção Unificado.

Em 2010, foi instituído o Sistema de Seleção Unificado (SISU) por meio da Portaria Normativa nº 02, de 26 de janeiro de 2010, vindo a ser regido dois anos depois, pela Portaria Normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012. Através do SISU, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação – MEC - as Instituições Públicas de Ensino Superior passaram a oferecer vagas a candidatos participantes do ENEM, que não tivesse zerado a redação e que desejasse ingressar em no curso de graduação.

As instituições que aderissem ao programa especificariam os cursos, o turno e o número de vagas, como também o peso da prova de acordo com a área de conhecimento.

Art. 4º A participação das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Sisu será formalizada por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará

§ 1º O Termo de Adesão deverá ser assinado eletronicamente, utilizando assinatura eletrônica disponibilizada pelo sistema do Sisu, de acordo com o perfil de acesso identificado e exigido.

§ 2º Para fins do processo seletivo do Sisu serão consideradas as informações constantes do Termo de Adesão.

§ 3º As informações divulgadas em editais próprios das instituições de ensino e em suas páginas eletrônicas na internet deverão estar em estrita conformidade com o disposto nesta Portaria e no Termo de Adesão.

§ 4º Somente poderão preencher o Termo de Adesão para participação de nova edição de processo seletivo do Sisu as instituições que tenham encerrado, no SisuGestão, a ocupação de vagas referente à última edição de processo seletivo da qual tenham participado.

Art. 5º No Termo de Adesão, a instituição deverá descrever as condições específicas de concorrência às vagas por ela ofertadas no âmbito do Sisu, devendo conter especialmente:

I - os cursos e turnos participantes do Sisu, com os respectivos semestres de

ingresso e número de vagas;

II - o número de vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, observada a regulamentação em vigor, quando se tratar de instituições federais de ensino vinculadas ao MEC, destacando, quando for o caso, o número de vagas reservadas exclusivamente para os indígenas;

III - o número de vagas e as eventuais bonificações à nota do estudante no Enem decorrentes de políticas específicas de ações afirmativas eventualmente adotadas pela instituição;

IV - os pesos e as notas mínimas eventualmente estabelecidas pela instituição de ensino, referentes às provas do Enem, em cada curso e turno; (Redação dada pela Portaria Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2017) e

V - os documentos necessários para a realização da matrícula ou do registro acadêmico dos estudantes selecionados, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos. (BRASIL: Portaria Normativa Nº 02/2010).

No momento da inscrição o interessado escolhe duas opções de cursos, a instituição, localidade e o turno, bem como defini se deseja concorrer pelo sistema de cotas, ampla concorrência ou ainda, pela política afirmativa oferecida pela instituição.

Art. 13. Somente poderá se inscrever no processo seletivo do Sisu o estudante que tenha participado do Enem, conforme disposto no § 1º do art. 2º desta Portaria, e que atenda às condições estabelecidas no edital do Sisu.

Art. 14. O estudante deverá efetuar sua inscrição no Sisu, especificando:

I - em ordem de preferência, as suas opções de vaga em instituição, local de oferta, curso, turno; e

II - a modalidade de concorrência, conforme o disposto no art. 15 desta Portaria.

§ 1º É vedada ao estudante a inscrição:

a) em mais de uma modalidade de concorrência para o mesmo curso e turno, na mesma instituição de ensino e local de oferta;

b) na segunda edição anual do processo seletivo do Sisu para o mesmo curso, turno, local de oferta e instituição, independentemente da modalidade de oferta, para o qual tenha se matriculado em razão de sua seleção na primeira edição anual do Sisu. (Redação dada pela Portaria nº 541, de 7 de junho de 2018)

§ 2º Durante o período de inscrição o estudante poderá alterar as suas opções,

bem como efetuar o seu cancelamento.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º do caput, a classificação no processo seletivo do Sisu será efetuada com base na última alteração efetuada e confirmada pelo estudante no sistema.

Art. 15. Ao se inscrever no processo seletivo do Sisu, o estudante deverá optar por concorrer:

I - às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 2012, observada a regulamentação em vigor;

II - às vagas destinadas às demais políticas de ações afirmativas eventualmente adotadas pela instituição no Termo de Adesão; ou

III - às vagas destinadas à ampla concorrência.

Parágrafo único. Compete exclusivamente ao estudante se certificar de que cumpre os requisitos estabelecidos para concorrer às vagas referidas nos incisos do caput.

Art. 16. O Sisu disponibilizará ao estudante, em caráter exclusivamente informativo, a nota de corte para cada instituição, local de oferta, curso, turno e modalidade de concorrência, a qual será atualizada periodicamente conforme o processamento das inscrições efetuadas.

(...)

Art. 20. Os estudantes que optarem por concorrer às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 2012, e regulamentação em vigor, serão classificados dentro de cada um dos seguintes grupos e subgrupos de inscritos:

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo, per capita:

a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas:

1. que sejam pessoas com deficiência;

2. que não sejam pessoas com deficiência.

b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas:

1. que sejam pessoas com deficiência;

2. que não sejam pessoas com deficiência.

II - estudantes egressos de escolas públicas, independentemente de renda, nos termos do inciso II do art. 14 da Portaria Normativa MEC no 18, de 2012:

a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas:

1. que sejam pessoas com deficiência;

2. que não sejam pessoas com deficiência.

b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;

1. que sejam pessoas com deficiência;

2. que não sejam pessoas com deficiência.

(BRASIL: Portaria Normativa Nº 02/2010).

Durante a inscrição é possível o estudante acompanhar, por meio da página do SISU, a sua classificação de acordo com a nota obtida no ENEM e se necessário poderá alterar sua opção de curso sendo considerada a última inscrição. Serão considerados selecionados os candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas pela instituição.

Percebe-se que a preocupação do Ministério da Educação é possibilitar o acesso, a expansão e a democratização do Ensino Superior àqueles que compõem as classes menos favorecidas, promover a redução das desigualdades sociais e aumentar o número de matrículas de jovens com idade entre 18 a 24 anos no ensino superior, embora estudos critiquem essa democratização do acesso, afirmando que a seleção ainda leva em consideração a meritocracia, acarretando a competição e a responsabilização individual do seu sucesso ou fracasso. (LUZ: 2014. p. 81).

Porém se analisarmos os anos de 2010, primeiro ano em que o SISU foi implantado, até 2014, é possível constatar um aumento na oferta de vagas, como também no número de Instituições Públicas que passaram a oferecer o ensino superior, comprovando a eficácia do programa muito embora o SISU seja um fenômeno recente e que por isso mereça maiores considerações por parte da comunidade acadêmica, a fim de comprovar sua verdadeira intencionalidade, ou se tudo não passa de um discurso vazio que serve para legitimar os planos de poder da esquerda brasileira.

O FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.

O ensino superior no Brasil contou na década de 1970 com a formulação de políticas cujo objetivo era ampliar o acesso ao ensino superior por meio do Programa Crédito Educativo (CRE-DUC), que consistia em conceder empréstimos aos estudantes para custear as mensalidades ou ainda

os gastos com a graduação. O CREDUC na sua versão primeira atendeu as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e seis meses depois de sua implantação, se estendeu a todas as regiões beneficiando 870 000 estudantes. (BRASIL: Ministério da Educação).

Na década de 1980 o Programa contou com os recursos gerados pelas loterias, e só com o advento da Constituição de 1988 é que a manutenção do programa passa para o Ministério da Educação. Em 1992, por meio da Lei nº 8.436, fica definido que 30% da renda das loterias e dos prêmios não procurados seriam encaminhados para a manutenção do CREDUC. (BRASIL: Ministério da Educação).

Em 1999, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o fundo foi reformulado por meio da MP 1.827, de maio de 1999, passando a se chamar FIES – Fundo de Financiamento Estudantil – e em 2010 foi sancionada a Lei nº 10.260/2010, de 12 de julho, regulamentado o programa que destinava financiar a graduação de estudantes matriculados nas instituições de ensino superior privadas, que tenham avaliação positiva junto ao Ministério da Educação.

A partir da sanção presidencial da MP nº 10.260/2010 e da Lei 12.202, de 14 de janeiro do mesmo ano, o Fies passou a funcionar com um novo formato com a redução na taxa de juros, que saiu de 6,5% para 3,5% ao ano tanto para o saldo devedor dos contratos antigos como dos novos contratos. O prazo para o pagamento do financiamento passou de duas vezes o tempo do curso, para três vezes, tendo como exemplo: um estudante que financiou quatro anos do curso, o mesmo terá com essa reformulação um prazo de 12 anos para quitar a dívida.

Para os cursos de graduação e medicina ficou estabelecido a possibilidade de abater 1% da dívida a cada mês trabalhado no serviço público, sejam no ensino público no caso dos professores e no Programa Saúde da Família, na realidade dos médicos. Outra novidade é para o estudante que atuar na educação, seja na esfera estadual ou municipal, e que ingressar no curso de licenciatura, o

abatimento da dívida dar-se-á desde o início da graduação.

O tempo de carência também foi estendido, passando de seis para dezoito meses (um ano e meio), após a conclusão do curso, para o pagamento do financiamento. A dispensa do fiador aos estudantes com renda familiar mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio, matriculados em cursos de licenciatura ou bolsista do ProUni, também foi contemplado na reformulação do programa proposta pelo Governo Federal em 2010, fazendo com que o número de contratos se multiplicasse em proporção nunca antes visto na história do pai.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNI.

Em 2007, o Presidente Lula por meio do Decreto nº 6.096, institui o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - em consonância com o PNE de 2001, cujo objetivo era criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, visando um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais de todo o país. (BRASIL: Diário Oficial da União 2007).

O programa tinha como finalidade aumentar a taxa de conclusão nos cursos de graduação, assim como o número de professor por aluno. Desse modo fica evidente que o programa tinha como relevância a necessidade de garantir não apenas o ingresso dos estudantes, mas sobretudo, sua permanência e conclusão.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no

nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1o O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2o O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1o.

Art. 2o O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL: Diário Oficial da União 2007).

Constata-se que a atenção voltava-se para a criação de mecanismo que reduzisse a evasão por meio de um currículo atrativo, como também de uma metodologia que buscasse a elevação da qualidade e a articulação entre a graduação e a pós-graduação, tudo contribuindo para a democratização do acesso e permanência na educação superior. O resultado foi positivo visto que, além da preocupação com a permanência do estudante, a União também se mostrou atenta à melhoria das instituições no que se refere aos aspectos físicos, assim como na ampliação no número de universidades.

As universidades que apresentassem seus planos de reestruturação, visando a readequação de sua infra-estrutura ou ainda a compra de equipamentos, receberiam do Ministério da Educação os recursos financeiros necessários para tal.

Art. 3o O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1o O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1o, § 1o.

§ 2o O acréscimo referido no § 1o tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3o O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (BRASIL: Diário Oficial da União 2007).

O REUNI, em seu primeiro ano, teve a adesão das 53 universidades federais brasileiras, de um total de 54, comprovando a credibilidade da política. Segundo dados presentes no relatório do primeiro ano, ou seja, em 2007, o número de vagas saltou de 132.451 para 147.277, correspondendo a um aumento de 11%, comprovando o sucesso do programa. O número dos cursos de graduação também aumentou, com a contratação de novos docentes e técnicos, configurando uma das principais medidas para a instituição atingir suas metas.

O crescimento na quantidade de campi também é motivo de relevância, uma vez que além desse crescimento acontecer nas capitais e região metropolitana, também foi possível a interiorização das instituições federais de educação superior, ampliando o leque de possibilidades dos jovens não residentes em áreas metropolitanas. Uma das dimensões do REUNI, diz respeito a melhoria da

qualidade e para tanto foi instituído, por meio da Portaria nº 582, de 14 de maio de 2008, as bolsas de estudos de assistência ao ensino, na modalidade de mestrado e doutorado.

No intuito de elevar a qualidade do ensino superior público, uma das dimensões do programa é o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. Nesse sentido, a Portaria Nº 582, de 14 de maio de 2008, instituiu as Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, nas modalidades de mestrado e doutorado.

A concessão das Bolsas é realizada em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recursos descentralizados pela SESu.

Em março de 2008, iniciou-se o pagamento para os bolsistas cadastrados pelas universidades no sistema CAPES. (...).(BRASIL: Diário Oficial da União 2007).

Por meio das Bolsas Reuni foi possível vivenciar um incentivo do Governo Federal no intuito de melhorar a qualidade e incentivar a continuidade dos estudos sejam por meio de pós-graduação strictu sensu. O Programa em seu início teve os valores pactuados em R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) para bolsas de mestrado e R\$ 1.394,00 (um mil trezentos e noventa e quatro reais para doutorado. (Reuni 2008 – Relatório de 1º Ano).

As evidências dessas políticas apontam uma nova forma de olhar para os jovens, possibilitando sonhos nunca antes realizados e despertando desejos até então reprimidos. A juventude brasileira pode, durante esse recorte histórico, ora analisado, efetivamente ingressar no ensino superior e contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e melhor nos variados aspectos. Diante de todos esses avanços na educação brasileira e da vontade política daqueles que ocuparam os mais altos cargos da República, tenho a consciência tranqüila em concordar, com os versos da canção “E vamos à luta” do interprete e compositor carioca Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, Gonzaguinha, contrariando os conservadores quando afirmam que o jovem da periferia não tem potencial.

“Eu acredito é na rapaziada / Que segue em frente / E segura o rojão / Eu ponho fé no pé da moçada / Que não foge da fera / E enfrenta o leão / Eu vou à luta com essa juventude / Que não corre da raia / À troco de nada / Eu vou no bloco / Dessa mocidade / Que não tá na saudade / E constrói a manhã desejada”. (GONZAGUINHA: 1987)



Capítulo 4

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

Esta publicação resulta de uma pesquisa investigativa, baseada na análise de dados, no banco do INEP/MEC e na literatura disponível, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos, periódicos científicos e em Anais de congressos, que trabalha com a democratização do ensino superior no Brasil.

O trabalho, portanto, visa à reflexão sobre as políticas públicas adotadas pelo Governo brasileiro, no recorte temporal de 2003 a 2014 que oportunizaram jovens com idade entre 17 e 24 anos ingressarem no ensino superior, tendo em vista a Constituição de 1988, categorizada como Cidadã, que traz em seu Artigo 205, a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família, cabendo ao primeiro adotar medidas que garantam uma educação pública de qualidade, de modo que atenda o ensino básico e superior.

Cabe destacar ainda, o estudo feito sobre as políticas públicas, seus impactos na promoção de oportunidades e na formação cidadã, sem esquecer que as políticas para serem legitimadas necessitam da ação daqueles que ocupam os espaços de poder, visto que são eles que têm condições legais de aplicar a todas as pessoas, tornando-as universais. No período analisado, identificamos a adoção de medidas cuja meta foi promover a redução das desigualdades, por meio de um novo contrato social que buscou ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, atendendo aos brasileiros, independente de posição social.

Nesse contexto, foram analisados os principais programas implementados a exemplo do PROUNI, SISU, ENEM, FIES e REUNI, em vigência nos dias de hoje e que atendem estudantes que concluíram o ensino médio, sendo pertinente ressaltar a urgência da sociedade acessar essa aborda-

gem para que desta forma, possamos contribuir para o esclarecimento e a consequente tomada de decisões por parte do povo brasileiro.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas implantadas pelo Governo Federal, no período compreendido entre 2003 e 2014, que oportunizaram um contingente representativo de jovens, com baixo poder aquisitivo e com idade entre 17 e 24 anos, a ingressarem no ensino superior.

Objetivos Específicos

- Analisar e entender os impactos de programas como PROUNI, SISU, REUNI, ampliação do FIES e o aprimoramento do ENEM na vida e no futuro dos estudantes brasileiros, destacando que tais políticas contribuíram com a democratização do acesso ao ensino superior.

- Identificar os efeitos das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal que oportunizaram jovens a ingressarem no ensino superior e exercer papéis de destaque na sociedade brasileira.

- Pontuar os efeitos dessas políticas públicas na vida e na família da juventude brasileira.

- Perceber os impactos dessas políticas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

Toda pesquisa científica exige do pesquisador persistência, dedicação e esforço. Neste sentido posso afirmar que foi muito enriquecedor enquanto pessoa, e de relevância para a área da educação.

Embora tenha valorizado a minha intuição na formulação das hipóteses, se faz necessário esclarecer que:

Embora enfatizando o valor da criatividade, convém lembrar que a pesquisa científica não pode ser fruto apenas da espontaneidade e intuição do indivíduo, mas exige submissão tanto aos procedimentos do método com aos recursos da técnica. O método é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases ou etapas. E como a pesquisa tem por objetivo um problema a ser resolvido, o método serve de guia para o estudo sistemático do enunciado, compreensão e busca de solução do referido problema. (RUDIO: 1986. p. 17).

Consciente de que toda pesquisa científica nada mais é do que a elaboração organizada das hipóteses que permitem realizar o ato reflexivo utilizei inicialmente a minha intuição e meus conhecimentos prévios sobre a abordagem, para em seguida selecionar o espaço temporal, as principais políticas públicas educacionais e o público alvo, obtendo a formulação do problema.

Por meio da investigação em fontes primárias, como leis, decretos e projetos; da pesquisa bibliográfica em artigos científicos, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e na própria literatura que se encontrava ao meu alcance, como também a partir da análise de dados estatísticos e dos gráficos disponíveis no portal do Ministério da Educação, pude observar todo o material, me apropriar dos dados e comprovar a minha hipótese.

O passo seguinte foi organizar todas as informações, transformando-as em material útil à verificação das hipóteses, como enfatiza RUDIO:

Mas o simples fato de obter dados não resolve o problema da pesquisa. Para isto, torna-se necessário dar aos mesmos uma forma de organização, que possibilite serem examinados e avaliados, (...). Teremos, em seguida, a “interpretação de dados”, que consiste em dizer a verdadeira significação que os dados obtidos possuem para os propósitos da pesquisa, generalizando-se, depois, os resultados, no âmbito que a pesquisa permite e a lógica consente. (RUDIO: 1986. p. 20).

O trabalho foi árduo, porém prazeroso, e consistiu na interpretação de todo material, comprovando a relação existente entre a democratização do ensino superior e as políticas públicas adotadas pelos Governos brasileiros, no período compreendido entre 2003 e 2014, possibilitando mudanças estratégicas em toda uma estrutura que esteve a serviço de um pacto elitista que excluiu uma parcela significativa da sociedade.

O que se viu como resultado foi um novo pacto para a educação que se refletiu nos números crescentes de jovens no ensino superior durante o período em estudo, reforçando o compromisso do governo com as políticas públicas voltadas para os desfavorecidos, ou se preferir, para aqueles que foram esquecidos e negligenciados pelos detentores do poder político.



Capítulo 5

RESULTADOS

Ao analisar as medidas adotadas pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff é possível perceber sua atenção com as questões referentes à agenda educacional, se destacando dentre as políticas implementadas, o PROUNI, programa cuja meta era inserir a população menos favorecida economicamente no ensino superior privado, seja por meio de bolsas integrais (100%) ou parciais (50% ou 25%). Com o PROUNI o governo conseguiu ampliar a escala de contemplados, passando de 112.275 mil em 2005, para 254.598 mil em 2011, correspondendo a um aumento de aproximadamente 126 % conforme aponta a tabela 1:

TABELA 1
NÚMERO DE BOLSAS OFERTADAS POR ANO PELO PROUNI

Ano	Tipo de bolsas		Total
	Integral	Parcial	
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
2009	153.126	94.517	247.643
2010	125.922	115.351	241.273
2011	129.672	124.926	254.598

Fonte: Brasil (1011)

In: A expansão do Ensino Superior no Brasil. Ocione Aparecida Vieira e Fernando Tavares Júnio

Nota-se que de 2005 até 2011, o programa ofereceu um total de 1.383.316 bolsas, sendo o número de bolsas integrais, superior aos de parciais, contribuindo para a expansão e democratização do ensino superior com baixo custo para o governo.

Catani, Hey e Gilioli (2006) salientam que a expansão e democratização realizadas pelo Prouni foram conduzidas por uma política de baixo custo para o governo, na medida em que atende a população de baixa renda– oriunda de instituições públicas de ensino, que tenha renda máxima de três salários mínimos per capita, bem como portadores de deficiência e professores da rede pública de ensino destinados à formação do magistério da educação básica – e, também, o setor privado, ao garantir isenção de impostos para a criação de vagas para o programa. (In: Poíesis Pedagógica, Catalão – GO, v. 11.p.168-199).

A oferta crescente no número de contemplados pelo PROUNI se refletiu na expansão das matrículas, que saiu da casa dos 2.694.245 no início da década de 2000 para 5.115.896 em 2009, constatando que o programa conseguiu ser eficaz ao promover o acesso no ensino superior de uma parcela significativa da sociedade, com renda inferior a dois salários mínimos e por isso considerada excluída e marginalizada, como mostra a tabela 2.

TABELA 2

**NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1999 – 2009 POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA**

Ano	Categoria administrativa		Total
	Pública	Privada	
1999	832.022	1.537.923	2.369.945
2000	887.026	1.807.219	2.694.245
2001	939.225	2.091.529	3.030.754
2002	1.051.655	2.428.258	3.479.913
2003	1.136.370	2.750.652	3.887.022
2004	1.178.328	2.985.405	4.163.733
2005	1.192.189	3.260.967	4.453.156
2006	1.209.304	3.467.342	4.676.646
2007	1.240.968	3.639.413	4.880.381
2008	1.273.965	3.806.091	5.080.056
2009	1.351.168	3.764.728	5.115.896

Fonte: MEC/INEP (Brasil, 2009).

Fonte: MEC/INEP (BRASIL:2009)

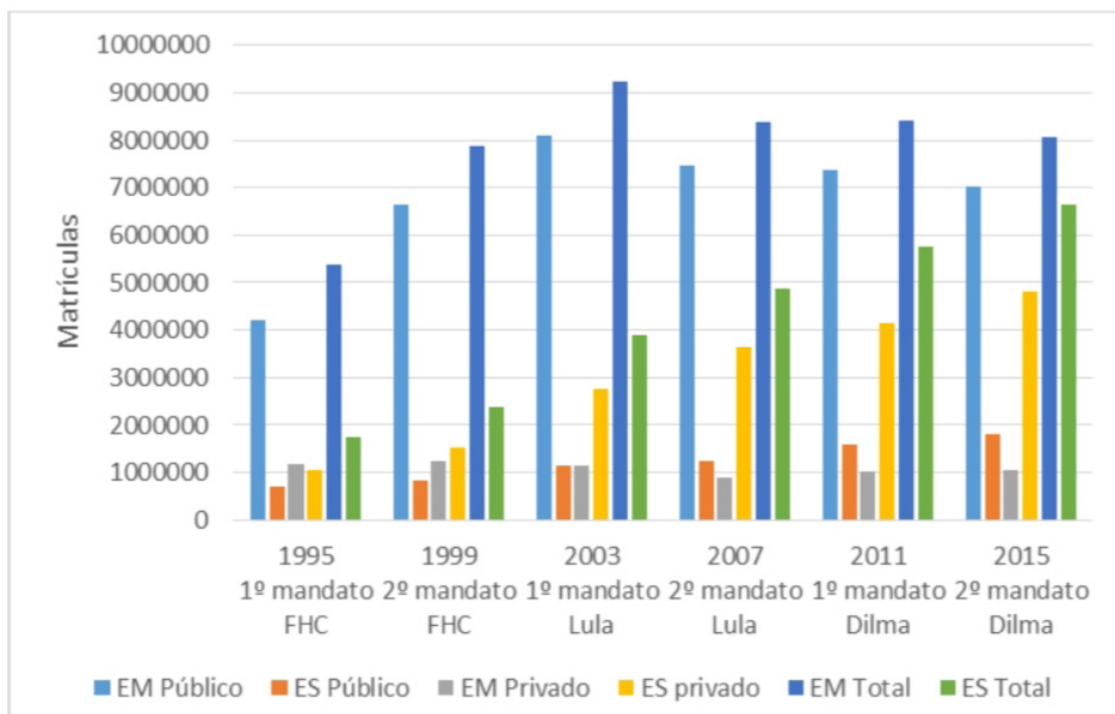
A reestruturação do ENEM, que teve início em 2004, também precisa ser pontuada uma vez que influenciou a reorganização das políticas educacionais visto que a lógica foi vincular o exame a programas como PROUNI, SISU e FIES, impactando no número de matrículas nas instituições de ensino superior.

Os dados apresentados a seguir, comprovam a relação entre a avaliação e o aumento no número de matrículas nas instituições, como também o direcionamento das políticas implantadas pelos governos no período estudado. O que se ver é uma grande quantidade de estudantes no ensino médio público, e a expansão das vagas na modalidade superior, tendo no ano de 2003 uma média de 4 000

000 matriculados, passando em 2015 para 6 500 000, correspondendo um aumento de 60% segundo as estatísticas do INEP, expresso no gráfico 1.

GRÁFICO 1

RELAÇÃO ENTRE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



INEP.MEC. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Sinopse Estatística da Educação Básica.

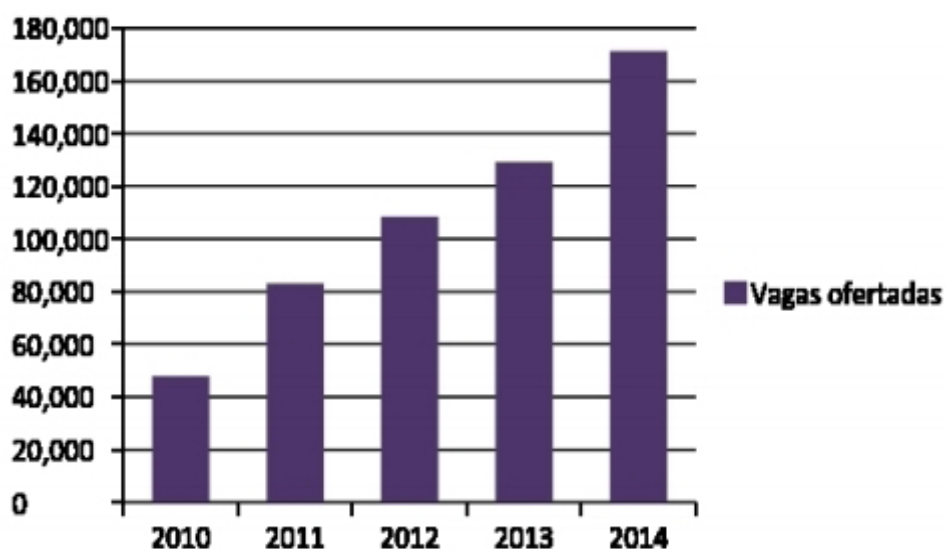
Brasília: INEP, 1995, 1999, 2003, 2007, 2011 e 2015.

Em 2010, ano de implantação do SISU, até 2014, a oferta de vagas praticamente triplicou, saindo de 47.900 para 171.401 mil, como também no número de Instituições Públicas que passaram a

oferece o ensino superior, como aponta os gráficos 2 e o 3 e a tabela 3, representando um crescimento de 357,8%, muito embora o SISU seja um fenômeno recente e que por isso mereça maiores considerações por parte da comunidade acadêmica, a fim de comprovar sua verdadeira eficácia, ou se tudo não passa de um discurso vazio.

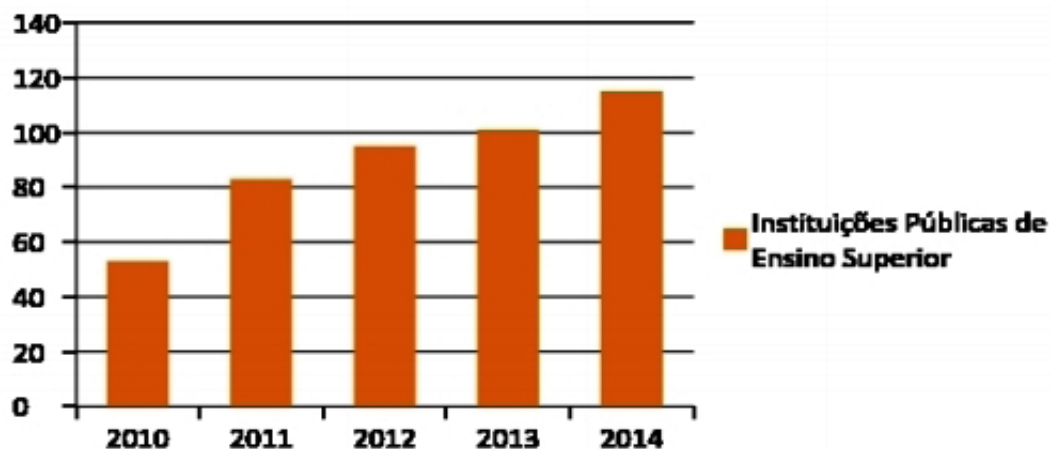
GRÁFICO 2

VAGAS OFERTADAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS



(In: INCERTI; TAVARES. 2014. p. 7)

GRÁFICO 3
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR



(In: INCERTI; TAVARES. 2014. p. 8)

TABELA 3
CENÁRIO DE OFERTAS DE VAGAS NO BRASIL (2010 – 2014)

Ano	Vagas ofertadas	Instituições Públicas de Ensino Superior
2010	47.900	53
2011	83.125	83
2012	108.552	95
2013	129.279	101
2014	171.401	115

(In: INCERTI; TAVARES. 2014. p. 7)

Em relação ao Fies podemos enquadrá-lo nas ações cujo objetivo fora oportunizar jovens a ingressarem no ensino superior privado. Por meio do programa, torna-se possível aos interessados financiar seus estudos, e ao término do curso, prestar conta, seja por meio de trabalho a sociedade ou por meio da quitação da dívida. Com o Novo Fies, o número de estudantes que obtiveram o financiamento e a oportunidade de concluir o ensino superior saltou de 76,2 em 2010, para 1.612.749 em 2014 (gráfico 4), representando uma mudança estratégica ao oportunizar jovens da periferia e de famílias pobres a obterem um diploma universitário.

GRÁFICO 4

NOVO FIES: CONTRATOS FIRMADOS (EM MILHARES)



Dados até junho de 2014. Fonte: FNDE/Sisu/fies, In: <http://www.brasildamudanca.com.br/educacao/fies-2>. Acesso em 06/11/2019 as 21h e 30 min.

As medidas adotadas pelo governo federal, no recorte analisado, voltaram-se para a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, impactando nas relações sociais. No que se refere ao REUNI, constata-se um movimento de expansão impulsionado pela criação de novas instituições em todo o país, bem como pela ampliação de cursos e vagas nas instituições existentes. O saldo dessa política pode ser comprovado nos números presentes nas tabelas a seguir (4 e 5):

TABELA 4
CURSOS DE GRADUAÇÃO

2006	CURSOS EXISTENTES	2.326
2007	CURSOS PROJETADOS	2.552
2008	CURSOS EXECUTADOS	2.506
	CURSOS CRIADOS EM RELAÇÃO AS EXISTENTES	180
%	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS EXISTENTES	7,74

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Reuni 2008 – Relatório de 1º Ano.

TABELA 5

OFERTAS DE VAGAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

2006	VAGAS EXISTENTES	132.451
2007	VAGAS PROJETADAS	146.762
2008	VAGAS EXECUTADAS	147.277
	VAGAS CRIADAS EM RELAÇÃO AS EXISTENTES	14.826
%	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AS EXISTENTES	11,19

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Reuni 2008 – Relatório de 1º Ano.

Além do REUNI foi implementado o Programa Expansão Fase I que previa realização de concursos públicos para o provimento de 7.668 novas vagas para docentes e 4.717 novas vagas para técnicos administrativos, como mostra a tabela 6. Os dois programas totalizaram naquele ano um investimento de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

TABELA 6

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NAS IFES - ano

	PROJETADO	EXECUTADO	ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO PROJETADO	%
DOCENTE	7.668	9.489	1.821	23,75
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	4.717	6.325	1.608	34,08

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Reuni 2008 – Relatório de 1º Ano.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil, desde o Período Colonial até a Nova República, esteve a serviço de uma minoria endinheirada, que deteve o poder econômico e por sua vez influenciou de maneira sistemática os destinos do país, visto que caminhavam sempre ao lado daqueles que ocuparam os espaços de decisões, não permitindo nenhuma ruptura com a ordem em vigor.

No período compreendido entre 2003 e 2014, foi possível constatar, a partir da análise de dados e da literatura consultada, que as políticas públicas adotadas pelos governos brasileiros oportunizaram jovens historicamente marginalizados, quer por razões econômicas, raciais ou sociais, a ingressarem no ensino superior. Essas políticas por sua vez, refletiram a cara do governo, suas intenções, seu compromisso, enfim todos os esforços realizados para garantir a aprovação de uma legislação que tivesse real compromisso com os menos favorecidos.

Essas ações, que teve como propósito incluir os excluídos, vão esbarrar com os interesses da classe endinheirada, que tem como propósito dominar o campo das ideias, como também da classe média se ver ameaçada com a ascensão daqueles até então excluídos e desprovidos das condições reais que levaria a sua emancipação social, política, econômica e intelectual. A classe media se viu sem condições de promover e assegurar o tempo livre, que era garantido pelo trabalho dos excluídos, para que seus filhos adquirissem o capital cultural necessário para o sucesso, sucesso que tem uma forte ligação com a meritocracia e que consiste na ideia do merecimento individual, bem como vão encontrar dificuldade ao tentar controlar a produção de idéias que servem para dominar o mundo, pois:

É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de idéias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses.

No mundo moderno, a dominação de fato tem que ser legitimada cientificamente. Quem atribui prestígio hoje em dia a uma idéia é o prestígio científico, assim como antes era o prestígio religioso ou supostamente divino. É a ciência hoje, mais que a religião, quem decide o que é verdadeiro ou falso

no mundo. Por conta disso, toda informação midiática, no jornal ou na TV, procura se legitimar com algum especialista na matéria que esteja sendo discutida. Nessa estratégia de dominação, que é mais simbólica que material, é a posse do que é tido como verdadeiro que permite também se apoderar do que é percebido como justo e injusto, honesto e desonesto, correto ou incorreto, bem ou mal e assim por diante. (SOUZA: 2017 p. 25).

Com a ascensão dos jovens até então marginalizados, aqueles que compõem as classes privilegiadas, vão se ver ameaçados em continuar habitando os cargos nas grandes empresas, no serviço público e nas universidades, espaço em que ocorre a produção de ideias e que com a ajuda da grande mídia consegue penetrar nos lares e no inconsciente do povo brasileiro. O que se constatou até então foi um raciocínio que afirma categoricamente que o jovem da periferia não tem condições de acompanhar os ensinamentos/conhecimentos que se desenvolvem na academia por que lhe faltou a base; ou ainda “(...) entregar a Petrobras para os estrangeiros é melhor que deixá-la para nossos políticos corruptos”, (SOUZA: 2017. p. 19).

A elite do dinheiro tende a perceber seu privilégio como decorrente de uma superioridade inata. Essa ancestralidade do privilégio tem a ver, por um lado, com a herança de sangue, que implica, não só o desfrute da riqueza, mas também o dever de aumentar o patrimônio e a influência. (...), os ricos são o habitat natural da noção de bom gosto inato, como se a posse do dinheiro, que possibilita o consumo das coisas melhores e mais caras, fosse mero detalhe sem importância. (...)

A classe média tende a imitar a elite endinheirada na sua autopercepção de classe como sensível e de bom gosto, mostrando que essa forma é essencial para toda separação das classes do privilégio em relação as classes populares. (...) (SOUZA: 2017. p. 148).

O que se viu no Brasil, no período compreendido entre 2003-2014, foi uma tentativa de mudança que consistiu em oportunizar adolescentes de famílias pobres a ingressarem no ensino superior

dando-lhes reais condições de ocuparem um lugar de destaque e poder na sociedade. As políticas públicas implantadas no período surtiram efeito, visto que foi expressivo o número dos que tiveram a oportunidade de ocuparem uma cadeira na universidade pública e privada de todo o país, contribuindo para a produção de novas idéias e saberes que passaram a nortear o dia a dia do nosso povo.

Com o impeachment da Presidente Dilma, em 31 de agosto de 2016, sob o argumento de ter cometido irregularidades fiscais, numa demonstração da ala conservadora em dar legitimidade ao processo, enquanto que para outros setores ligados à esquerda brasileira, o que se viu foi um Golpe parlamentar, em razão da resistência da Presidente em não compactuar com as chantagens do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e com as negociações do Vice, Michael Temer, com setores conservadores. Como consequência desses acontecimentos, a nação brasileira foi forçada a desviar o caminho, visto que caminhávamos em direção ao ser humano, buscando valorizá-lo, desenvolvendo potencialidades que iam além do chão da fábrica. A palavra de ordem era preparar o cidadão dando-lhes oportunidades para ocupar um lugar na universidade, local privilegiado para a produção do saber.

Hoje esses avanços estão sob ameaça em razão das eleições de 2019, que concedeu a vitória a um Presidente ultraconservador, alinhado ao capital internacional, que defende e tem como agenda de governo a política do estado mínimo, o sucateamento das universidades e as privatizações como premissa básica para o crescimento do país. O que se vê é uma realidade em que os jovens estão na eminência de servirem ao mercado como mão-de-obra barata, sem direitos trabalhistas e tendo que trabalhar mais para poder se aposentar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. Lula, Serra e a disputa pelo discurso da “Mudança” em 2002. 2003, 18 f. Trabalho apresentado no GT de Comunicação e Política do 12º Encontro Anual da Compós, Recife 3 a 6 de jun. 2003. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_933.pdf> Acesso em: 20 out.2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

BELTRÃO, Tatiana. A Reforma tornou o ensino profissional obrigatório em 1971. Agência Senado. 03/03/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

BERNARDES. Luana. Escolas Jesuítas. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/escolas-jesuítas>. Acesso em: 10 nov.2019.

BOLLMANN, Maria das Graças; AGUIAR, Leticia Carneiro. LDB: projetos em disputa da tramitação à aprovação em 1996. Revista Retratos da Escola, Brasília, vol. 10, nº 19, p. 407 – 428. Jul./ Dez. 2016.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História Sociedade & Cidadania, 3º ano. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 2016.

BRASIL. FNDE. Sobre o Fundeb. [2000?] Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/arez-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 06 nov. de 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Emenda Constitucional nº 14, de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília. 1997.

BRASIL. Lei nº 4.034 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8436.htm. Acesso em: mar. de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10260-12-julho-2001-329619-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: mar. de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001. Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12202.htm. Acesso: 23 mar 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e de outras providências. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/proposicoesweb/ficha-detramitacao?idProposicao=264231>.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual do Programa de Crédito Educativo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/mcrededuc.pdf>. Acesso: 24 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de 1º Ano. Brasília, out. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. SISU – O que é e como Funciona. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&vie. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. O que é o FIES. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 30 set. 2019. às 21h e 20min.

BRASIL. Ministério da Educação. SISU – Sistema de Seleção Unificada. Brasília. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/SISU>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Parecer nº. 94 do CFE, 4 de fevereiro de 1971. Normatiza o ensino e o programa da disciplina de EMC. 1971b. Disponível em: BRASIL. Processo nº. 681 da UERJ, de 14 de março de 1972.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.582, de 2004 (Poder Executivo). Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?idProposicao=2539665>

BRASIL. Portaria Normativa nº 1 de 22 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3642-portaria-normativa-n-1-de-22-de-janeiro-de-2010>. Acesso em: mar. de 2020.

BRASIL, Portaria Normativa Nº 02/2010: Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu. Diário Oficial da União – Seção 1, Edição Número 214, páginas 8 e 9, terça-feira, 06 Nov. de 2012.

BRASIL. Projeto de Lei 1.258-A/88. Deputado Octávio Elísio. Anexos emendas do autor do Projeto. In: Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao nº 175, de 25 jan. 1991.

BRASIL. Decreto nº 6.096/2007, de 24.04.2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Seção 1, 25.04.2007, p. 7.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983. Dispõe Sobre A Eleição Direta para Presidente e Vice-Presidente da Republica. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

BRASIL. Redação final ao Projeto de Lei 1258-C/88. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1993. In: Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao nº 80, de 14 maio 1993.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das Eleições 2002, Brasília, 2003, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: http://www.tes.jus.br/hotsites/catalogopublicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

BUARQUE, Cristovam. (Discurso de posse como Ministro da Educação.) Folha de S. Paulo – S. Paulo, 03 jan. 2003. Folha Online. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44399.shtml> Acesso em 30 jan. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. Soc. V. 27, nº 96. Campinas, out. 2006.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. Revista Educação em Questão, Natal vol. 21, n. 7, p. 90 – 97, set./dez., 2004.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior. Educar em Revista. Nº 28, Curitiba, jul./dez. 2006.

CAVALHEIRO, Caroline Battistello; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Movimento Escolanovista: três olhares. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2013. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 23 a 26 de setembro de 2013. p. 21775 – 21787.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A Educação no Período Kubitschek: os centros de pesquisa do INEP. R. Brás. Est. Pedag. Brasília, n 72, maio/ago. 1991.

CUNHA, Marcus Vinicius da. Dewey e Piaget no Brasil dos anos trinta. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 97, p. 5 – 12. maio 1996.

GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen J. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (org). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, Cap. 8, p. 193-221.

HAMZE, Amélia. Escola Nova e o Movimento de Renovação do Ensino: Gestão educacional. 2014. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestão-educacional/escola-nova>. Acesso em: 09 set. 2019.

INCERTI, Tânia Gracieli Veja; TAVARES, Vanessa dos Santos. Sistema de Seleção Simplificado: democratização do acesso ao ensino superior?. In: 6ª Seminário Nacional Estudo e Políticas Sociais e 2º Seminário de Direitos Humanos.. Campos de Toledo, PR, 2014.

JACOMELI, Maria Regina Martins. A Lei 5,692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n 39, p. 76-90, set. 2010.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da; VELOSO, Tereza Cristina Mertens Aguiar. Sistema de Seleção Unificada (SISU): Refletindo sobre o processo de seleção. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados, MG, v. 4, nº 10, p. 68-83, jan/abr. 2014.

LUSTOSA JÚNIOR, José Voste. Ao Povo e ao Governo: o ideário educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no Brasil. Editora Realize. 2009.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cir Bras. Vol. 17. Sup. 3. São Paulo 2002.

MIRANDA, Tiago. Diretas Já: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do País. Rádio Câmara, Brasília, 22 de abril de 2014, Reportagem Especial.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/431737-diretas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-de-oliveira-marca-a-historia-do-pais>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. Revista Mosaico.. Volume 2. Edição nº 3, ano II. Rio de Janeiro. 2010

MOURA. Daiana Malheiros de. Políticas Públicas Educacionais Prouni e Fies: democratização do acesso ao ensino superior. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VIII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11804/1647>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

NERY, Flávia: Tarso Genro entrega projeto de reforma universitária a Lula. Ministério da Educação. 21 de julho de 2005. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/3640-sp-570275976> acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. A LDB e o Contexto Nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos – 1988 a 1996. In: Anais do IV Seminário Nacional. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Regina%20Tereza_Cestari_de_Oliveira_artigo.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020.

COSTA. Márcio da, A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO. In: GENTILI, Pablo (Org). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação, 19. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Cap. 2. p. 41-72.

PEREIRA. Orcione Aparecida; JUNIOR. Fernando Tavares. A Expansão do Ensino Superior e as Políticas Públicas: um estudo do PROUNI. In: Revista Pesquisa em Debate em Educação. V. 5, n. 2, 2015.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luiz Fernando Santos Corrêa da. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: expansão ou democratização?. Revista Debates, Porto Alegre, v. 4,

nº 2, p. 10-31, jul./dez. 2010.

PEREIRA, Orcione Aparecida Vieira; TAVARES JÚNIOR, Fernando. A expansão do ensino superior no Brasil: um estudo do PROUNI. Revista Pesquisa e Debate em Educação: [201-]

QUINÁLIA, Cristina Leão; SLONIAK, Marco Aurélio; DORES, Moacir das; LIRA, Sandra Cristina Caldeira de. Política Pública de Educação uma Análise do ENEM: exame nacional do ensino médio. Universitas/JUS. V. 24, nº 1, p. 61 – 78, jan/jun. 2003.

RODRIGUES, José Honório. Assembléia Constituinte de 1823. Petrópolis: Vozes LTDA, 1974.

ROSA. Chaiane de Medeiros. Políticas Públicas para a Educação Superior no Governo de Lula. Poíesis Pedagógica, Catalão – GO, v. 11, n. 1, p. 168-188, jan/jun. 2013.

ROSA. Chaiane de Medeiros. Poíesis Pedagógica, Catalão-GO, V. 11, n. 1, p.168-188, jan/jun. 2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Cultura e política na eleição de 2002: as estratégias de Lula presidente. 23 f. Trabalho apresentado no 12º Encontro Anual da Compós, Recife, 3 a 6 de junho de 2003. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Cultura+e+politica+na+elei%C3%A7%C3%A3o+de+2002%3A+as+estrat%C3%A9gias+de+lula+presidente&btnG=>> Acesso em: 22 jan. 2020.

RUDIO: Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 31 ed. Petrópolis, Vozes, 2003.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. Brasil, 1930: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006.

SANTOS, Sandro. Fernando Haddad assume Ministério da Educação. Portal do Mec. 2005. Disponível em: < [https://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/1192-fernando-haddad-assume-](https://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/1192-fernando-haddad-assume)

-ministerio-da-educacao. Acesso em 18 jan.2020.

SEPULVEDA, José Antônio Miranda. Articulação entre Anísio Teixeira e San Tiago Dantas na tramitação da primeira LDB. Disponível em: http://www.sistema.anped.org.br/sites/default/files/gt02-1847_int.pdf> Acesso em: 19 dez. 2019.

SEPULVEDA, José Antônio Miranda. O Público e o Privado na primeira LDB: a relação entre San Tiago Dantas e Anísio Teixeira. História da Educação, Vol. 17, nº 41, Santa Maria, set/dez, 2013.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STUDART, Hugo. O Projeto do Ministro da Educação Tarso Genro. Revista Isto é Dinheiro. 2004. Disponível em: <https://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/92-o-projeto-do-ministro-da-educacao-tarso-genro> Acesso em: 12 jan. 2020.

SOUZA, Telma Lima de. Enem/Sisu: Políticas Públicas de Inclusão e Democratização do Acesso ao Ensino Superior? Dissertação de Mestrado. Itajubá, jul. 2017.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires; DANTAS, José. A Sociedade de Jesus e a Colônia. In: _____. História do Brasil: da Colônia à República. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1979, p. 71 – 76. Discografia: GONZAGUINHA. Geral. E vamos à luta.. Trilha 12. EMI. 1987

Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Índice Remissivo



A

Alunos

página 15

página 20

página 21

página 42

página 74

C

Classe Social

página 48

página 50

página 57

página 70

página 84

E

Educação

página 36

página 52

página 69

página 73

página 83

Eleições

página 13

página 31

página 41

página 64

página 85

P

Políticas publicas

página 58

página 67

página 68

página 69

página 78

Esse novo ebook produzido pela pesquisadora Debora Vieira Bruce Ferreira nos apresenta todo o cenário da política brasileira e seus impactos no processo da educação, partindo do ponto de vista das políticas públicas e o financiamento para estudos dos estudantes. O texto tem um recorte significativo a partir do governo Lula e Dilma.



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA